



EXTRA PAUTA

Jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná - Nº 61 - janeiro a abril de 2003 - ISSN 1517-0217

sindijor@sindijorpr.org.br

<http://www.sindijorpr.org.br>

Impresso
Especial

3600137940-DR/PR

0000. 0000
000000000000

...CORREIOS...

Nova diretoria

Eleições no Sindicato dos Jornalistas

PÁGINA 6

Entrevista

Roberto Rocco



Carlos Dorneles e a cobertura da guerra

PÁGINAS 14 e 15

Liberdade de Imprensa

Jornalismo é cada vez mais perigoso

PÁGINA 7

Fórum Social Mundial

Emerson Gonçalves



Um laboratório de idéias formidável

PÁGINA 16

Jornalistas na luta em defesa do diploma

Valdenêr P. de Oliveira



Manifestações de profissionais da imprensa e estudantes em favor do diploma foram realizadas em todo o país no dia 7 de abril, Dia do Jornalista. Em Curitiba, cerca de 300 pessoas participaram de um protesto contra a sentença da juíza Carla Rister, que suspendeu a obrigatoriedade de curso superior para o exercício da profissão. Manifestações semelhantes ocorreram em Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá.

PÁGINAS 8 a 13 e 24



editorial

É hora de participar

O ano começou mal para os jornalistas. Nos primeiros dias de janeiro, foi publicada a sentença da juíza Carla Rister, da Justiça Federal de São Paulo, acabando com a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Uma péssima notícia para quem se preocupa com a qualidade da informação e com a ética. Uma boa notícia para picaretas e “aventureiros”.

A reação da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e dos sindicatos não poderia ser diferente. Imediatamente, recorreram da decisão. E é na Justiça que os jornalistas esperam reverter essa sentença, restabelecendo o que determina a legislação em vigor.

A batalha jurídica, porém, não é

suficiente para vencer essa guerra. O Sindicato do Paraná tem absoluta convicção disso. Por isso, buscou — e continua buscando — apoio político em várias esferas. A Assembléia Legislativa já aprovou uma moção em defesa do jornalismo e, em Brasília, dois deputados federais do Paraná fizeram pronunciamentos a favor desta campanha. Várias entidades, sindicatos, ordens e conselhos declararam apoio à obrigatoriedade do diploma. São vitórias expressivas para a campanha. Entretanto, é possível avançar ainda mais.

Além do apoio político, é preciso mostrar a diversos setores da sociedade o crime que está sendo cometido contra os jornalistas. Nesse aspecto, o sindicato tem dificuldades.

Uma prova disso foi a manifestação de 7 de Abril, que, como protesto, foi um sucesso. Como pauta, teve um resultado mediano.

Mesmo reunindo 300 pessoas no Dia do Jornalista, distribuindo 20 mil panfletos e atravessando o centro de Curitiba com uma passeata, a maioria dos jornais, TVs e rádios deu pouca (ou nenhuma) importância ao fato.

Faz parte do jogo.

Mesmo assim, é preciso repudiar a atitude de proprietários de empresas de comunicação de censurar eventos e manifestações de seu grande adversário, o Sindicato dos Jornalistas. Pior que isso só a autocensura de certos “companheiros”, que, por covardia ou por pura bajulação, boicotam as notícias relativas ao sindicato.

Esta estupidez, porém, não impede que a campanha continue — e obtenha êxito. Para isto, é necessário que cada jornalista vista a camisa e lute junto com o sindicato. O primeiro passo é estar cadastrado na entidade. A partir daí, receberá por e-mail todas as informações sobre a questão e convocações para as atividades, como o abaixo-assinado enviado em março para os 2.500 endereços eletrônicos. São ações como essa — coletar assinaturas em apoio à campanha — que podem levar os jornalistas a uma vitória definitiva. Por isso, faça sua parte. Ajude na luta em defesa do diploma, da ética, da qualidade, enfim, da profissão de jornalista.

Carta ao Extra Pauta

Ao Jornalista Mário Messagi Júnior
Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná

Em primeiro lugar, desejamos cumprimentá-lo e à diretoria do nosso sindicato pela justíssima luta que empreendem com o objetivo de reverter a decisão judicial que derrubou a necessidade do diploma de graduação para o exercício profissional do jornalismo, e que confundiu a regulamentação da profissão com liberdade de expressão e criou uma verdadeira excrescência na sociedade brasileira.

Os jornalistas e sua atividade profissional têm sido atacados ultimamente de forma solerte, como essa tentativa de deslustrar a importância do trabalho exercido por repórteres cientes

de sua missão de informar e sujeitos, inclusive, a perder a vida no cumprimento do dever, como foi o caso do assassinato do colega Tim Lopes, no Rio de Janeiro.

Até mesmo nas páginas do Extra Pauta nº 60, órgão de divulgação do sindicato, pudemos ter um exemplo disso com a descabida e fantasiosa noção transmitida pelo escritor Georges Bourdoukan, de que a imprensa é servil, ignorante, adésista e preguiçosa, em relação à questão do Oriente Médio, durante um debate realizado, no ano passado, em Curitiba, oportunidade em que o mesmo chegou a ofender os profissionais de um grande jornal paulistano. É preciso, contudo, destacar a boa cobertura que o Extra Pauta fez do evento, mostrando não só as

absurdas e delirantes colocações de Bourdoukan, mas também a reposição da verdade de que não existe liberdade de imprensa nos países árabes, feita pelo professor de História Sérgio Feldman, na mesma ocasião.

Bourdoukan, aliás, tem tido um comportamento execrável. Seu preconceito racial contra os judeus e Israel em nada o faz diferir dos métodos da propaganda nazista. Ao invés de defender a paz e a coexistência entre árabes e judeus — objetivo que todos devemos perseguir — ele procura em seus escritos seguir à risca os ensinamentos de Goebbels (repetir uma mentira tantas vezes quanto possível até que ela se torne uma verdade) inventando falsidades e embustes acerca do Oriente Médio.

Como judeus e jornalistas profissionais repelimos as atitudes preconceituosas desse indivíduo a serviço de fins inconfessáveis e reafirmamos nossa esperança de que o Oriente Médio possa alcançar a paz e que os estados de Israel e da Palestina convivam sem violência, sem ódio, sem derramamento de sangue e construindo um futuro promissor e harmonioso.

Szyja Ber Lorber e Léo Kriger, jornalistas

ERRATA
A Tribuna do Povo de Umuarama não está com salários e 13º atrasados, conforme informou o Extra Pauta nº 60.

expediente

Extra Pauta é órgão de divulgação oficial da gestão Extra Pauta, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/Paraná. CEP 80010-140. Fone/Fax (041) 224-9296. E-mail: sindijor@sindijorpr.org.br

Jornalista Responsável
Mário Messagi Júnior
Reg. prof. 2963/11/101z

Redação

Casemiro Linarth
casemirolinarth@bol.com.br

Colaboraram nesta edição

Alexandre Palmar, Silvio Rauth Filho, Tomás Eon Barreiros, Mario Messagi Jr., Luís Henrique Pellanda, Emildo Coutinho

Fotografias

Roberto Rocco, Emersom Gonçalves, Júlio Covello, Valdenêr P. de Oliveira, Luiz Augusto Costa, Aluísio de Paula.

Ilustrações

Simon Taylor

Edição Gráfica

Leandro Taques
Tiragem
3.500 exemplares

As matérias deste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Não são de responsabilidade deste jornal os artigos de opinião e as opiniões emitidas em entrevistas, por não representarem, necessariamente, a opinião de sua diretoria.



Exercício 2002

Assembléia aprova prestação de contas de 2002

Assembléia convocada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná aprovou, no dia 17 de março, prestação de contas apresentada pela diretoria. Na ocasião, foram debatidos o relatório da diretoria do exercício de 2002, o balanço anual com parecer do Conselho Fiscal e a Proposta Orçamentária.

Na mesma data, o Sindicato enviou para os 1.100 e-mails de jornalistas cadastrados na entidade o relatório de atividades de 2002. Abaixo, segue um resumo do relatório.

Relatório de atividades do Sindijor em 2002

Janeiro — Funcionário que trabalhava como jornalista em O Estado do Paraná, sem ter o devido registro profissional, é demitido depois de denúncia do Sindijor-PR e de fiscalização do Ministério do Trabalho - Mtb. CNT é multada pelo Mtb por ter estagiária irregular. Tribuna de Umuarama é multada pelo Mtb por empregar jornalista sem registro profissional.

23 de janeiro — O Sindijor-PR é o único sindicato do Brasil a garantir o pagamento das dívidas trabalhistas dos demitidos da Gazeta Mercantil. Em 23 de janeiro, em audiência na 9ª Vara do Trabalho, a empresa aceitou pagar os salários atrasados e indenizações rescisórias. Ela só tomou essa decisão porque não tinha outra alternativa, já que cerca de R\$ 350 mil foram bloqueados por uma liminar concedida pela Justiça, em ação movida pelo Sindijor-PR.

18 de fevereiro — Sindicato entra com ação contra a Folha de Londrina para regularizar depósitos do FGTS. O Sindijor também entrou com outra ação para que a Folha pague os reajustes salariais devidos.

14 de março — O Sindijor se reún-

ne com a Folha de Londrina e o Estado do Paraná, na Delegacia Regional do Trabalho. O assunto foi um possível acordo entre as duas empresas para troca de material jornalístico. As empresas negaram e o assunto não voltou a ser cogitado.

19 de março — O Sindijor e os sin-

11 de junho — Com o teatro do HSBC lotado, é feita a entrega do 7º Prêmio Sangue Novo.

Julho — A Folha de Londrina demitiu a secretária-geral do Sindijor-PR, Rosane Henn, em 1º de julho. No dia 25, por determinação da Jutiça, a empresa foi obrigada a reintegrar a jorna-

é aprovada por assembleias em todo o Estado.

Setembro — Sindijor lança segunda etapa da campanha em defesa do diploma, com venda do livro Formação Superior em Jornalismo - Uma exigência que interessa à sociedade, além da entrega de adesivos e cartazes.

11 de setembro — Sindijor promove debate, no Teatro da Reitoria da UFPR, sobre liberdade de imprensa.

23 e 24 de setembro — RPC anuncia corte da gratificação de aniversário, que era paga há 15 anos pela empresa. Sindijor realiza assembleias com jornalistas da Gazeta do Povo e da TV Paranaense sobre o corte. Proposta aprovada pelos jornalistas prevê a substituição do valor da gratificação por ações da empresa e por estabilidade de 5 anos.

24 de setembro — Assembleias aprovam contraproposta dos jornalistas para os patrões.

1º de outubro — Em reunião na DRT, O Estado do Paraná apresenta relatório comprovando pagamento do plano de previdência privada aos jornalistas.

17 de outubro — Patrões propõem reajuste de 9,58% em três parcelas e desistem de alterar a forma de pagamento do anuênio.

31 de outubro — Em reunião, a RPC informa que não tem contraproposta para substituir a gratificação de aniversário.

11 de novembro — Assembleias decidem aprovar reajuste de 9,58% em três parcelas: 89% votaram pela aceitação e 9% foram contra, com 2% de abstenções.

13 de dezembro — Sindicato inicia discussão sobre reforma do estatuto.

20 de dezembro — A Convenção Coletiva de Trabalho é assinada, estabelecendo o novo piso salarial, de R\$ 1.299,23.



dicatos patronais fecham calendário de negociação permanente.

6 de abril — Festa do Sindijor em homenagem ao Dia do Jornalista reúne 300 pessoas.

20 de maio — Gazeta do Povo falta à audiência no Ministério Público do Trabalho, em Curitiba, para esclarecer a inexistência de cartão-ponto para os jornalistas da empresa.

lista.

17 de julho — Sindijor e sindicatos patronais promovem seminário sobre PLR.

25 de julho — O Sindijor e a FENAJ reagiram às ameaças contra a repórter Sâmbar Razzak, do Jornal do Estado (JE).

Agosto — A pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2002/2003

RPC propõe negociação para reduzir gastos

A Rede Paranaense de Comunicação (RPC) propôs ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-Pr) uma negociação com o principal objetivo de cortar gastos na empresa. A RPC, que abrange a Gazeta do Povo, as filiadas da TV Globo no Paraná, o Jornal de Londrina e a FM 98 de Curitiba, convidou o Sindicato para uma reunião em 23 de janeiro. Na ocasião, foi relatado que

a empresa precisa diminuir seus custos, pois a situação financeira está delicada.

A diretoria do Sindijor se reuniu em 27 de janeiro com a assessoria de Cid Cordeiro do Dieese e do advogado Sidnei Machado, e decidiu solicitar uma série de dados à RPC, como balanços, folha de pagamento, receitas e dívidas para elaborar propostas viáveis à empresa. Para o Sindicato, só com

essas informações é possível avaliar o efeito de possíveis mudanças trabalhistas na RPC. Outra decisão da diretoria da entidade é discutir com os jornalistas qualquer proposta que seja apresentada pela empresa.

O Sindijor enviou no dia 28 ofício à RPC informando o resultado da reunião do dia 27. Mas a direção da empresa não manteve mais contato.



demissões

Dono de hotel pressiona e Gazeta do Povo demite jornalistas

A Gazeta do Povo, do Paraná, demitiu no dia 17 de janeiro dois jornalistas. A decisão de dispensar os profissionais teria sido tomada depois da ingerência do dono do Hotel Santa Paula, em Guaratuba, junto à direção do jornal.

Insatisfeito com as matérias publicadas que, segundo ele, poderiam prejudicar o comércio local, o empresário teria pressionado em várias ocasiões os jornalistas, que integravam a equipe de cobertura do litoral durante o verão e estavam hospedados no hotel.

O estopim, aparentemente, teriam sido as notícias sobre as chuvas que caíram no início do ano, deixando mais de cem desabrigados nas cidades de Guaratuba e Matinhos. Por causa da recomendação da Defesa Civil do estado para que os veranistas evitassem descer para as praias enquanto o mau tempo persistisse, o proprietário do hotel teria se sentido lesado.

Segundo relato dos jornalistas, o boletim da Defesa Civil que irritou o dono do hotel foi divulgado pela TV Paranaense, emissora que pertence ao grupo proprietário da Gazeta do Povo, mas com qual os profissionais do jornal não tem vínculo algum. Indiferente às explicações, no entanto, o empresário passou a perseguir os repórteres diariamente. Em várias ocasiões, eles foram chamados à sala da diretoria do hotel para “justificar” matérias publicadas no jornal ou veiculadas na TV.

No dia 13, a reportagem sobre um grupo de 120 pessoas de uma mesma fa-



mília que estava hospedada em uma casa próxima ao hotel foi motivo para nova reclamação. Para o proprietário, a matéria, se publicada, poderia depor contra o litoral e, por consequência, contra o seu negócio.

Após uma discussão acalorada, o proprietário afirmou que iria pedir a “cabeça dos jornalistas” à direção da Gazeta. A ameaça foi presenciada por várias testemunhas. Na quinta-feira, dia 17, os repórteres foram chamados ao jornal e comunicados da demissão. A alegação da diretoria de Redação foi de que a Gazeta estaria adotando um regime de contenção de custos.

O discurso, no entanto, mudou de tom uma semana mais tarde, quando circulou na Redação do jornal a informação de que os repórteres estariam preparando um abaixo-assinado para cobrar explicações

da direção da Gazeta sobre as demissões. Imediatamente foi baixada uma ordem para que nenhum dos editores ou coordenadores assinasse qualquer petição com esse propósito.

Esta não é a primeira vez que a Gazeta do Povo tem a sua credibilidade colocada em jogo devido a “pressões externas”. Em 1999, um repórter foi demitido do jornal quando trabalhava na cobertura da Copa América, em Foz do Iguaçu. O motivo da dispensa nunca foi esclarecido.

No Ministério do Trabalho, empresa mantém versão

Informado da demissão pelos repórteres, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná convocou uma reunião com a Gazeta do Povo no Ministério do Trabalho, que ocorreu em 29 de janeiro. A empresa alegou que as demissões foram mo-

tivadas por cortes de gastos. “Tanto é que não ocorreram novas contratações para substituir os demitidos”, alegou o representante da Gazeta. O Sindicato perguntou quem tomou a decisão e qual foi o critério para as demissões, ou seja, porque os dois repórteres foram escolhidos entre dezenas de jornalistas. Os representantes da empresa disseram que não tinham essas informações e insistiram que o fato foi uma “coincidência”. O Sindicato reafirmou que não acredita na versão apresentada pela empresa.

A entidade lamenta que, em alguns aspectos, a Gazeta do Povo seja administrada de maneira irresponsável e arbitrária, sem qualquer respeito ao jornalismo e à ética, e que priorize acima

de tudo os interesses comerciais, prejudicando profissionais, o ambiente de trabalho e a produção jornalística.

Dimitri do Valle

Três semanas depois da demissão dos dois jornalistas, a Gazeta do Povo também demitiu o repórter Dimitri do Valle, subordinado à editoria Paraná. O jornalista foi comunicado da sua dispensa no dia 13 de fevereiro. A justificativa da empresa para demiti-lo foi “produtividade insuficiente”. Dimitri, porém, questiona a alegação e afirma que inúmeras vezes apresentou três ou quatro reportagens e teve mais de uma matéria cortada ou transformada em nota. Segundo ele, um jornal que está reduzindo o número de páginas e o conteúdo “não pode dizer que corta pessoal por falta de produtividade”.

Jornalistas deixam rádio CBN

Cinco profissionais da Rádio CBN de Curitiba deixaram a emissora no final de março, depois de entregar sua carta de demissão, reduzindo quase pela metade a sua equipe de jornalismo. O motivo dos pedidos de dispensa teria sido a incompatibilidade da equipe com o atual diretor da rádio, Eudes Moraes, que assumiu o cargo há cerca de um ano. Até a saída dos jornalistas, a equipe da CBN era formada por doze profissionais.

A saída dos jornalistas ocorreu depois que José Wille, diretor de jornalismo e âncora da emissora,

entregou sua carta de demissão, sendo acompanhado pelos outros quatro profissionais. Além de Wille, pediram demissão o chefe de reportagem Gladimir Nascimento, a chefe de redação Michelle Thomé, a repórter Jordana Martinez e o produtor Tiago Eltz.

Segundo jornalistas da emissora, José Wille estaria insatisfeito com a ingerência de Eudes Moraes nas pautas e sua subordinação a interesses comerciais e a maneira como ele trata a equipe de jornalismo da rádio. Em comunicado interno que enviou por e-mail aos jornalistas da casa, Moraes afirmou que “os

pedidos de desligamento que ocorreram são episódicos e não geram problemas de solução de continuidade”. Ele não repôs os cargos e remanejou os próprios jornalistas da emissora para ocupar as funções dos que pediram demissão. Como novo diretor de jornalismo foi nomeado o âncora Toni Casagrande.

José Wille prepara novo programa de notícias, comentários e participação de formadores de opinião. Estréia em maio na Rádio Rock, 96.3 FM, todos os dias, das 7h às 9h da manhã.



Imprensa no Paraná

As truculências de José Eduardo Vieira

Como já se tornou costume na Folha de Londrina, o ex-senador e ex-banqueiro José Eduardo Andrade Vieira não cumpriu suas promessas aos jornalistas. Não pagou a última parcela de salários atrasados, que deveria ter ocorrido no dia 28 de fevereiro, conforme um cronograma assinado no início do ano. Além disso, decidiu arbitrariamente, ao contrário do que havia combinado com seus funcionários, que até o mês de julho os salários serão pagos somente no dia 20 de cada mês.

Os jornalistas reclamaram e, mais uma vez, o proprietário da Folha reagiu com truculência, demitindo uma repórter e “suspendendo” com a retenção ilegal dos salários e o afastamento das funções quatro jornalistas que fazem parte do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Londrina. Uma das jornalistas “suspensas” é Raquel Carvalho, presidente do Sindicato.

Outdoors na cidade

No dia 27 de fevereiro, Andrade Vieira chamou à sua sala os editores do jornal e comunicou que não depositaria a última parcela dos atrasados no dia seguinte, como havia sido combinado. Os editores voltaram à redação e informaram aos colegas a decisão do diretor superintendente da Folha.

Benê Bianchi, uma das integrantes da comissão de negociação interna para o pagamento dos salários, convocou então uma reunião na própria redação com outras jornalistas para discutir a questão. Foi quando Andrade Vieira entrou na redação e “interrompeu bruscamente a conversa que se iniciava e ameaçou demitir por justa causa aqueles que não voltassem imediatamente ao trabalho”, segundo nota do Sindicato dos Jornalistas de Londrina.

No dia seguinte, o Sindicato de Londrina fez uma assembléia na qual foi decidida a colocação de *outdoors* na cidade informando sobre a situação na redação da Folha, os atrasos de salários e a forma

desrespeitosa como Andrade Vieira tratou os funcionários. O proprietário da Folha reagiu demitindo Benê Bianchi, com dez anos na empresa, no dia 7 de março. Mesmo sendo da comissão de negociação interna para o pagamento dos salários, Benê não é dirigente sindical.

Intimidação violenta

Segundo a nota do Sindicato de Londrina, “os jornalistas estavam no pleno

Vieira também suspendeu o contrato de trabalho e o pagamento de três diretoras da entidade - Célia Polesel, Silvana Leão e Raquel de Carvalho (presidente) - e da ex-diretora Érika Pelegrino “por defenderem os direitos dos jornalistas, função para a qual foram eleitas”. Os salários foram pagos com atraso no dia 20 de março aos demais jornalistas.

Ainda na carta aberta, o Sindicato dos Jornalistas de Londrina afirma que “os jor-

nação na Justiça trabalhista para assegurar seus direitos. Por seu lado, Eduardo Vieira teria dito que vai processar os responsáveis pelos *outdoors*, que na opinião dele expuseram a Folha de forma irregular à população de Londrina.

Estado de greve

Com decisões quase unânimes em assembléias realizadas em Londrina e Curitiba (apenas um voto contrário), no dia 10 de janeiro, os jornalistas da Folha decidiram iniciar uma greve no dia 14 de janeiro, para obter o pagamento dos salários, que estavam atrasados desde o mês de novembro. Ao mesmo tempo, os jornalistas das duas redações resolveram por unanimidade entrar em assembléia permanente.

Em assembléia realizada no dia 14, os jornalistas da sede e da sucursal de Curitiba decidiram não entrar em greve, aguardando o cumprimento da proposta feita pelo ex-senador José Eduardo Andrade Vieira de colocar em dia os salários atrasados até o final de fevereiro. Mas também resolveram manter-se em estado de greve até que o dono da Folha cumprisse o que havia prometido.

A proposta de Andrade Vieira era pagar o salário de novembro no dia 17 de janeiro, metade do salário de dezembro no dia 31 de janeiro, a outra metade de dezembro no dia 28 de fevereiro e o salário de janeiro de 15 a 20 de fevereiro. A direção da Folha depositou o pagamento dos salários como havia sido combinado nos dias 17 e 31 de janeiro. Mas descumpriu o prazo do pagamento da última parcela que constava no cronograma que assinou no início do ano.



direito de exigir o que foi acordado e ainda protegidos pelo estado de greve, definido em assembléia”. Em nota de repúdio, o Sindicato manifestou sua indignação “com a atitude do dono da Folha, que seguidamente vem desrespeitando seus trabalhadores. Além de atrasar salários, humilha e ameaça os jornalistas, trabalhadores que têm direitos assegurados por lei”.

Em carta aberta à população, o Sindicato de Londrina denunciou que Andrade

nalistas passam por situações constrangedoras. Sem salário, pagam juros em contas atrasadas, têm o nome incluído em cadastros de maus pagadores. Quando se manifestam, os jornalistas são intimidados de forma violenta pelo dono da Folha e até demitidos. Como não conseguiu calar o Sindicato, que representa os jornalistas, o sr. José Eduardo agora age diretamente contra as diretoras da entidade, que são suas funcionárias”.

As quatro jornalistas já entraram com

Dono da Folha cria sindicato patronal do interior

Em assembléia realizada na sede da Folha de Londrina, no dia 28 de janeiro, proprietários de jornais e revistas do interior do Paraná criaram em Londrina o Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Interior do Estado do Paraná. Participaram representantes de onze veículos de comunicação que circulam em diferentes regiões. Na mesma reunião foi eleita a primeira diretoria da nova entidade.

A iniciativa da fundação do novo sindicato é do ex-senador José Eduardo Andrade Vieira, dono da Folha de Londrina, que há tempos vinha tendo atritos com a

diretoria do sindicato patronal presidido por Abdo Aref Kudri e não acatava suas determinações. Com a criação do novo sindicato, Andrade Vieira também pretende pagar salários menores aos jornalistas, como já vem fazendo, pois não respeitou as duas convenções coletivas de trabalho de 2002 e 2003. Os sindicatos dos Jornalistas do Paraná e de Londrina já entraram com ação para que as CCTs, sejam cumpridas.

Da assembléia participaram representantes dos seguintes jornais e revistas: Jornal União, Paraná Repórter, Diário do Noroeste, O Londrinense, Folha de

Ibiporã, Umuarama Ilustrada, Tribuna do Interior, Voz Árabe, Fatos do Paraná, Tribuna do Norte, Diário dos Campos, Tribuna de Londrina, Diário do Norte do Paraná e Rádio Cultura do Paraná.

O presidente do novo sindicato patronal é o próprio José Eduardo Andrade Vieira, que pretende filiar os demais veículos de comunicação instalados no interior. Ele informa que, com a criação do sindicato do interior, as empresas por ele representadas automaticamente ficam desfiliações da entidade estadual, com sede em Curitiba.



Nova diretoria

Eleições no Sindicato dos Jornalistas

Apenas uma chapa se inscreveu para concorrer às eleições no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. A votação será nos dias 29 e 30 de abril. As datas foram definidas pela Comissão Eleitoral, escolhida em assembléia geral dos jornalistas no dia 13 de fevereiro. O edital de convocação das eleições foi publicado no dia 28 de fevereiro, no jornal *O Estado do Paraná*. O prazo final para a inscrição de chapas foi no dia 31 de março.

As eleições seguirão o que determina o novo estatuto, aprovado em assembléia no dia 13 de fevereiro. Uma das principais mudanças é a eleição separada para o Conselho Fiscal, com candidaturas individuais, independentes da chapa. Outra mudança é que a escolha da Comissão de Ética não será feita junto com a chapa. Pelo estatuto, os integrantes serão definidos em assembléia geral dos jornalistas, logo após a posse da nova diretoria.

A votação será realizada das 9 às 20h. Segundo o edital de convocação das eleições para a diretoria administrativa e para o Conselho Fiscal, terão direito a voto os sindicalizados até 29 de janeiro de 2003 e que até 14 de abril estiverem em dia com as contribuições sindicais. Haverá urnas fixas na sede do sindicato e em locais definidos pela Comissão Eleitoral e também urnas itinerantes, a critério da Comissão Eleitoral.

O quorum para as eleições de 2003

é de mais de 50% dos associados aptos a votar. Não sendo atingido esse índice, haverá nova eleição nos dias 6 e 7 de maio, exigindo-se o quorum de mais de 40% dos votantes. Se novamente não houver quorum, a terceira votação será nos dias 13 e 14 de maio, com mais de 25% dos votantes. Nestes casos, os locais e horários de votação serão os mesmos definidos para o pleito de 29 e 30 de abril, podendo haver alteração de itinerário, a critério da Comissão Eleitoral.

Assembléia de jornalistas aprova novo estatuto do Sindicato

O Sindicato de Jornalistas Profissionais do Paraná (Sindijor-PR) tem novo estatuto. Ele foi aprovado no dia 13 de fevereiro em assembléia realizada na sede da entidade, em Curitiba. Assim, a eleição da nova diretoria do Sindicato, a ser realizada em abril, deverá seguir as determinações do novo estatuto. A assembléia também decidiu que a eleição dos membros do Conselho de Ética será feita em assembléia depois da eleição da nova diretoria, e não em chapa separada, como propunha a diretoria.

Na mesma assembléia foram votados por unanimidade os jornalistas Luiz Henrique Herrmann, assessor de imprensa da APP-Sindicato, Eduardo Goulart, do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, e Moacir Domingues, da Gazeta do Povo, para comporem a comissão eleitoral, que coordenará e conduzirá o próximo processo eleitoral.

O novo Conselho de Ética será composto por sete membros efetivos, sendo quatro jornalistas e três representantes da sociedade. Comissões de ética de jornalistas como os de Minas Gerais e de São Paulo já incluem representantes da sociedade civil organizada. “Isto, além de ampliar a discussão, evita possíveis protecionismos corporativistas, que têm

acontecido principalmente em outras categorias, como médicos e advogados”, afirma Mário Messagi Júnior, presidente do Sindijor-PR.

Também o Conselho Fiscal terá eleição independente. “Como sua função é fiscalizar a gestão financeira do sindicato, é estranho que ele seja eleito junto com a direto-

ria, no mesmo grupo, na mesma chapa”, justifica a diretoria do Sindijor-PR.

Segundo o novo estatuto, a eleição é individual e qualquer jornalista pode se candidatar. Os três mais votados vão compor o Conselho Fiscal. Todos os demais, pela ordem de votação, são suplentes.

Para Sindicato, 7 de abril é o Dia do Jornalista

Para alguns calendários, 29 de janeiro é o Dia do Jornalista. Entretanto, a Fenaj e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná comemoram o Dia do Jornalista apenas em 7 de abril. A celebração se relaciona com a abdicação de Dom Pedro I, nesta mesma data, em 1831, episódio em que a imprensa teve uma importância fundamental.

Um ano antes do fim do seu governo, Dom Pedro atacou a imprensa, na época identificada com os liberais e reprimiu passeatas nas ruas do Rio de Janeiro. Em 20 de novembro de 1830, morreria assassinado o jornalista Líbero Badaró, que se tornaria mártir da luta dos liberais por uma nova Constituição. Depois do assassinato, Dom Pedro perdeu o apoio popular. Passeatas foram organizadas, como em 11 de março de 1831. Conhecidas na História do Brasil como a “Noite das Garrafadas”.

Sem o apoio da imprensa e da população, não restava a Dom Pedro I outro caminho senão a abdicação. E ela se tornou realidade quando os quartéis aderiram às manifestações em 6 de abril. “O Repúblico”, um dos jornais de esquerda, pregava o “dever sagrado da resistência à tirania”. Na madrugada de 7 de abril, Dom Pedro abdicaria e o país entraria em um novo período monárquico, a regência.





Liberdade de imprensa

Jornalismo é cada vez mais perigoso

Em 2002, 25 profissionais de imprensa foram mortos no exercício de sua função. Este número consta do relatório anual da organização internacional Repórteres sem Fronteiras (www.rsf.fr), com sede em Paris, que defende a liberdade de expressão em todo o mundo. Da lista faz parte o repórter Tim Lopes, da TV Globo, que foi assassinado em junho do ano passado por traficantes de drogas no Rio de Janeiro.

O número de jornalistas assassinados no ano passado diminuiu em relação a 2001. Em 2001, 31 profissionais de imprensa foram mortos por estarem em áreas de combate ou porque foram abatidos deliberadamente por terem feito investigações ou publicado matérias sobre assuntos "sensíveis". Mas Repórteres sem Fronteiras alerta que mais de trinta casos de assassinato de jornalistas em 2002 estão sendo investigados, sem que ainda se possa afirmar que haja uma ligação com suas atividades profissionais.

Em compensação, outros indicadores (jornalistas agredidos, interrogados, ameaçados) cresceram muito. O número de jornalistas interrogados (692 em 2002) aumentou cerca de 40% e o de jornalistas agredidos ou ameaçados (1.420), 100%. Um número cada vez maior de profissionais de imprensa estão presos no mundo. Hoje há 118 atrás das grades. Somando-se os colaboradores dos meios de comunicação (3) e os dissidentes da Internet (pelo menos 42), 163 estão presos por terem procurado informar livremente.

A censura aos meios de comunicação não sofreu mudança significativa em relação a 2001 (389 casos em 2002 e 378 em 2001). Com isso, cada dia um meio de comunicação é censurado no mundo e cerca de um terço da população mundial vive num país onde não existe liberdade de imprensa.

Aumento vertiginoso

A maioria dos jornalistas que morreram no ano passado foram assassinados por grupos armados. O caso mais conhecido é o do repórter Daniel Pearl, do *The Wall Street Journal*, que foi seqüestrado e assassinado por fundamentalistas islâmicos no Paquistão. Na Colômbia, três repórteres foram mortos, vítimas do conflito armado ou de revelações sobre corrupção de políticos. Em toda a América Latina, nove profissionais da in-

formação perderam a vida. Só a Ásia foi mais fatal para os jornalistas em 2002 (11 casos).

Quase nenhum homicídio e assassinato de jornalista cometido nos últimos anos foi resolvido, denuncia Repórteres sem Fronteiras. Os mandantes continuam em liberdade e não fo-



ram incomodados pela justiça do seu país. Em Israel, por exemplo, as investigações sobre a morte de um fotógrafo italiano e dois repórteres palestinos no ano passado não resultaram em nenhuma punição. Como Repórteres sem Fronteiras já denunciou em 2001, a impunidade de que gozam os assassinos ou os agressores de jornalistas motivou novas violências.

No ano passado, 700 jornalistas ficaram na prisão por períodos mais ou menos longos, segundo Repórteres sem Fronteiras. Pelo menos 118 permaneciam na cadeia em 1º de janeiro de 2003 por causa de suas opiniões ou de suas atividades profissionais. No mesmo período de 2001, eram

apenas 110. Quase metade (53) estão detidos na Ásia. Só no Nepal, pelo menos 130 jornalistas e colaboradores dos meios de comunicação passaram pela prisão em 2002.

As agressões e ameaças contra profissionais de imprensa aumentaram de maneira vertiginosa. Pelo menos

1.420 foram espancados, ameaçados de morte, seqüestrados, acusados pela polícia ou importunados. Quase metade dessas agressões e ameaças ocorreram na Ásia (589). Na América Latina, o número de agressões cresceu muito com a tensão política ou econômica na Venezuela, na Argentina e no Haiti.

"Terrorismo como pretexto"

Quanto à censura, Repórteres sem Fronteiras afirma que "os governos usam e abusam de leis de imprensa". Isso permitiu fechar temporária ou permanentemente sucursais ou mesmo empresas de comunicação que, na obrigação de informar, atingiram políticos

diretamente. A maioria dos casos ocorreram na Ásia. Os escritórios do canal árabe de informação Al-Jazira, que ganhou projeção na guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão, foram fechados em 2002 na Arábia Saudita, no Kuwait, na Jordânia e temporariamente no Iraque.

Números de 2002

25

jornalistas mortos

118

jornalistas presos

692

jornalistas interrogados

1.420

jornalistas agredidos ou ameaçados

389

veículos de comunicação censurados

Jornalistas mortos na guerra no Iraque

Doze jornalistas morreram na guerra no Iraque, até o dia 14 de abril: um da Austrália (*Australian Broadcasting Corporation*), dois da Grã-Bretanha (ambos da rede de tevê britânica *ITN*), um do Irã (da tevê britânica *BBC*), dois dos Estados Unidos (do *Washington Post* e da *NBC*), dois da Espanha (*El Mundo* e *Telecinco*), um da Alemanha (semanário *Focus*), um da Jordânia (rede

Al-Jazira de Catar), um da Ucrânia (agência *Reuters*) e um da Argentina (*America TV*), além de um intérprete que trabalhava para a *BBC*.

Um repórter cinematográfico da França e um intérprete do Líbano estão desaparecidos desde o incidente do dia 22 de março em que dois jornalistas britânicos morreram, provavelmente por disparos da coalizão.

O dia mais trágico para a impren-

sa internacional no Iraque foi 8 de abril, quando o disparo de um tanque americano atingiu o Hotel Palestina em Bagdá, onde se encontra a imprensa estrangeira, matando dois repórteres cinematográficos. Algumas entidades de defesa da liberdade de expressão acham que o disparo foi de propósito, para intimidar os jornalistas que querem cobrir a guerra de maneira independente.



Em defesa do Jornalismo

Juíza dispensa diploma para jornalista

A juíza federal Carla Abrantkoski Rister, da 16ª Vara Cível de São Paulo, suspendeu, em todo o país, a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para obter o registro profissional no Ministério do Trabalho. A sentença foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 10 de janeiro e proferida em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e

ção, a ser exercido sem qualquer restrição, através da livre manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação, conforme previsto na Constituição Federal”.

Segundo a juíza, o Decreto-Lei 972, de 1969, foi elaborado em época em que não havia liberdade de expressão, inclusive nos meios de comunicação. Ele “colide materialmente com os princípios

nível superior, pelo que estaria restringida a liberdade de manifestação do pensamento e da expressão intelectual”, ressalta.

A juíza federal afirma ainda que, se a exigência do diploma prevalecesse, “o economista não poderia ser o responsável pelo editorial da área econômica, o professor de português não poderia ser o revisor ortográfico, o jurista não poderia ser o responsável pela coluna jurídica, e assim por diante, gerando distorções em prejuízo do público, que tem o direito de ser informado pelos melhores especialistas da matéria em questão”.

Em sua sentença, Carla Rister determina que a União não mais exija diploma de curso superior em Jornalismo para o registro no Ministério do Trabalho e não execute mais fiscalização sobre o exercício da profissão de jornalista por profissionais sem grau universitário de Jornalismo. Além disso, fixa a multa de R\$ 10 mil para quem descumprir a sua decisão.

Nova liminar

No dia 7 de fevereiro, a juíza Carla Rister concedeu nova liminar determinando que a Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj) expeça carteira para quem obtiver o registro precário. Foi um mandado de segurança individual, a pedido de um interessado que alegou sentir-se prejudicado por não ter conseguido a carteira que pediu à Fenaj.

Desde a concessão da liminar pela juíza Carla Rister, é a Fenaj que emite a carteira de jornalista para quem se beneficia dessa ação, para ter o controle do número de registros precários. Os sindicatos só emitem carteira para quem apresentar o registro de acordo com a regulamentação profissional.



Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo.

Em sua decisão, Carla Rister afirma que a profissão de jornalista não pode ser regulamentada sob o aspecto da capacidade técnica, pois não pressupõe a existência de qualificação profissional específica, indispensável para a proteção da coletividade. Para ela, a regulamentação do Decreto-Lei 972, de 1969, “não visa ao interesse público, que consiste na garantia do direito à informa-

consagrados pela Constituição de 1988, das liberdades públicas, donde se insere a liberdade de manifestação do pensamento, a liberdade de expressão intelectual, artística e científica”, afirma.

Carla Rister argumenta que a exigência do diploma é “de cunho elitista” e ofende “aos princípios constitucionais, na medida em que impõe obstáculos ao acesso de profissionais talentosos à profissão, mas que, por um revés da vida, não puderam ter acesso a um curso de

Fenaj e Sindicatos entram com recurso

Os advogados da Federação Nacional dos Jornalistas e dos Sindicatos dos Jornalistas do país entraram no dia 27 de janeiro com recurso de apelação da sentença de primeira instância da juíza Carla Rister, da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, contra a exigência de formação específica para o registro profissional de jornalista.

A Fenaj reuniu sua diretoria e representantes do Sindicato em São

Paulo, no início de fevereiro, para definir novas ações em defesa da regulamentação profissional dos jornalistas. No dia 30 de janeiro houve uma audiência com o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, para tratar do assunto. Alguns dias antes, o ministro da Educação, Cristóvam Buarque, antecipou ao secretário geral da Fenaj, Celso Schoreder, o apoio à nossa luta, colocando-se à disposição para a defesa da formação específica de nível

superior para os jornalistas.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná apresentou à Fenaj, em 21 de janeiro, 18 sugestões de ações jurídicas e políticas em defesa do diploma. Pediu ainda que fosse marcada uma reunião com todos os sindicatos de jornalistas do País, com o objetivo de discutir as sugestões e definir um cronograma de atividades, encontro que foi realizado no dia 8 de fevereiro (ver matéria na página 10).

TRF nega registro de jornalista a profissional sem diploma

A 3ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região decidiu, no dia 18 de março, que a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) de Santa Catarina pode exigir o diploma de curso superior em jornalismo da catarinense Lucinéia Aparecida Coelho. A medida suspende os efeitos da sentença proferida pela Justiça Federal de Florianópolis em abril do ano passado.

Lucinéia é jornalista provisionada e ingressou com mandato de segurança na 6ª Vara Federal de Florianópolis porque a DRT iria multar a empresa para a qual trabalhava. A empresa contratante teria alegado que não poderia manter um profissional sem curso superior na área se a delegacia efetuasse a atuação.

A 6ª Vara permitiu que a jornalista provisionada exercesse a profissão de jornalista sem possuir o diploma, mas a União ingressou com recurso no TRF, que entendeu ser legítima a exigência de diploma para o exercício do jornalismo.

O Ministério Público Federal deu parecer segundo o qual a atividade jornalística é regulamentada, havendo a possibilidade de continuarem na profissão os jornalistas provisionados que exerciam a profissão nos dois anos anteriores ao Decreto 83284, de 1979, que regulamenta a profissão. O parecer também destacou que não pode ser aceito o argumento de que o diploma de jornalista é dispensável pela prática periódica do exercício profissional.

É importante ressaltar que o processo em Santa Catarina não interfere diretamente na ação movida pelo Ministério Público Federal de São Paulo, que resultou em sentença da Justiça Federal de São Paulo proibindo o Ministério do Trabalho de exigir diploma em jornalismo para o registro profissional de jornalista.



Em defesa do Jornalismo

Tenho medo da Justiça

Tomás Eon Barreiros

A juíza federal Carla Rister, da 16ª Vara Cível de São Paulo, suspendeu, em todo o país, a obrigatoriedade do diploma de jornalismo para a obtenção do registro profissional no Ministério do Trabalho e o consequente exercício da profissão. A sentença foi publicada dia 10 de janeiro no Diário Oficial do Estado de São Paulo. E é de assustar. Embora seja jornalista profissional diplomado e professor em uma faculdade de jornalismo, não é por um sentimento de defesa corporativa que me assusto. O que apavora é o teor do documento produzido por ela. É de impressionar que haja no Judiciário, decidindo questões que afetam as vidas de milhares de pessoas, juízes que julgam sem o mínimo conhecimento de causa sobre aquilo que pontificam.

Os argumentos apresentados pela magistrada em apoio à sua decisão são de um primarismo absolutamente assustador. Passariam por piada, não fizessem parte de uma triste realidade: a do despreparo flagrante de alguns elementos do Judiciário. O documento da juíza indica que ela não tem idéia do que faz um jornalista. Sua noção é baseada numa visão romântica do jornalismo do início do século passado, quando sequer havia televisão e muito menos Internet. E, ao que indica o texto, a dra. Carla Rister parece também não ter o hábito de ler jornais e revistas. Afirma ela, por exemplo, que, caso a exigência prevalecesse, o economista não poderia ser o responsável pelo editorial da área econômica, o professor de português não poderia ser o revisor ortográfico, o jurista não poderia ser o responsável pela coluna jurídica, e assim por diante, gerando distorções em prejuízo do público, que tem o direito de ser informado pelos melhores especialistas da matéria em questão. Ora, qualquer pessoa que leia os maiores periódicos nacionais está acostumada a ler economistas tratando de economia, médicos escrevendo sobre saúde etc., sem qualquer infração à exigência do diploma de jornalismo.

Veja-se este trecho do documento: O jornalista deve possuir formação cultural sólida e diversificada, o que não se adquire apenas com a frequência a uma faculdade (muito embora seja forçoso reconhecer que aquele que o faz poderá vir a enriquecer tal formação cultural), mas sim pelo hábito da leitura e pelo próprio exercício da prática profissional.

Pensemos a quantas profissões pode se adequar tal brilhante descrição. Um professor de história, por exemplo. Ou um advogado, que pode ser muito bem formado por uma formação cultural sólida e diversificada, pelo hábito da leitura e pelo próprio exercício da prática profissional. Ou um professor de português, ou de geografia, ou de letras... Então, que se acabe com a exigência de qualquer diploma para o exercício de profissões para cuja competência bastem esses requisitos. E seriam poucas as que não se enquadrariam.

Há, entretanto, trechos mais assombrosos no texto da juíza. Vejamos a pérola máxima: “Tenho ainda que a estipulação do requisito de exigência de di-

que tenham talento para tal. Aliás, eu gostaria de ser juiz. Tenho talento para o mister, sou justo, tenho formação cultural sólida e diversificada e hábito de leitura. Infelizmente, os reveses da vida não me permitiram cursar Direito. Quanto ao caráter elitista do diploma, se a solução é abolir a exigência do diploma, por que não adotar o mesmo critério para todas as profissões regulamentadas?”

Mas os absurdos não param por aí. Crê a magistrada que a exigência de diploma fere o preceito constitucional de livre manifestação do pensamento e da expressão intelectual! Rir ou chorar? Vou recorrer à dra. Carla Rister solicitando que ela obrigue a Globo a ceder-

ta apresentar o diploma? Para um veículo de comunicação contratar um jornalista basta, também, que este mostre o canudo? Os empregadores não têm critérios para “aferir o mérito ou a posse dos atributos de qualificação profissional”?

O pior de tudo, entretanto, é perguntar o que há por trás dessa decisão da juíza, em uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal e Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo. É triste que o teor da decisão dê ensejo e justifique que se formule tal questão. Melhor seria acreditar, mesmo, na ignorância da juíza, embora nos quinze meses de debate que houve entre a liminar e a decisão final a



ploma, de cunho elitista, considerada a realidade social do país, vem perpetrar ofensa aos princípios constitucionais, na medida em que impõe obstáculos ao acesso de profissionais talentosos à profissão, mas que, por um revés da vida, que todos nós bem conhecemos, não pôde ter acesso a um curso de nível superior, pelo que estaria restringida a liberdade de manifestação do pensamento e da expressão intelectual”, escreve a magistrada. Rir ou chorar diante de tal piége? Proclame-se então: todos aqueles que, afetados pelos tristes reveses da vida, não puderam ter acesso a um curso superior, podem exercer a profissão com que sonharam, desde

me cinco minutos diários no Jornal Nacional para a garantia de meu direito constitucional à livre manifestação do pensamento. E a Folha de S. Paulo terá que ceder-me espaço para a garantia de minha expressão intelectual, conforme determina a Constituição.

Há mais, ainda. A ilustre juíza argumenta que a atual regulamentação da matéria é falha, por condicionar o exercício da profissão tão-somente com base na exigência do diploma de jornalista, sem prever qualquer outra exigência que aferisse o mérito ou a posse dos atributos de qualificação profissional”. Essa é boa. Então, para um médico ser contratado por um hospital bas-

magistrada tivesse todas as condições de se informar melhor a respeito do que faz um jornalista.

Diante disso, confiar no Judiciário ou temê-lo? A resposta virá após o julgamento do recurso cabível. Espero que meus temores sejam injustificados e que nas instâncias superiores, qualquer que seja a decisão, esteja ela bem fundamentada no conhecimento a respeito daquilo que se julga.

Tomás Eon Barreiros é jornalista profissional diplomado, professor universitário e microempresário

Texto extraído do portal Comunique-se



Em defesa do Jornalismo

Assembléia aprova moção de apoio à campanha do diploma

A Assembléia Legislativa do Paraná aprovou uma moção de apoio à luta em defesa da obrigatoriedade do diploma para o jornalismo. O texto do documento foi entregue pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná - Sindijor-PR ao deputado Ângelo Vanhoni (PT), que coletou assinaturas de 20 deputados e encaminhou para votação no plenário da Casa. A moção foi aprovada e será enviada ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello.

Para o Sindijor-PR, a moção tem importância estratégica na campanha em defesa da profissão. “Isto prova que nossa luta tem forte significativo apoio político”, avaliou o presidente do Sindijor-Pr, Mário Messagi Júnior. “Não podemos deixar que só uma pessoa, uma juíza pouco informada, decida a questão e faça o debate individualmente, sem ouvir os diversos setores da sociedade. Por isso, estamos levando a discussão para o Legislativo, para as ruas e para diversas esferas”, afirmou Sílvio Rauth Filho, diretor do sindicato.

Júlio Covello



O deputado Ângelo Vanhoni, (no centro), com Mário Messagi Jr. (à esquerda) e Sílvio Rauth Filho (à direita)

Deputados se manifestam pela obrigatoriedade

Na semana de 7 de abril, Dia do Jornalista, a pedido do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, os deputados federais Oliveira Filho (PL) e Selma Schons (PT) fizeram pronunciamentos na Câmara dos Deputados em apoio à campanha dos jornalistas a favor da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

Em seu pronunciamento, o deputado Oliveira Filho perguntou: “Por que dar os mesmos direitos profissionais a pessoas que nunca pisaram em uma Universidade e desconhecem elementos importantíssimos em qualquer profissão, como a ética, enquanto outros que se prepararam, tiveram uma formação acadêmica, se vêem roubados em seus direitos?”

Oliveira Filho defendeu a obrigatoriedade do diploma para a formação do jornalista. “O diploma não é apenas um pedaço de papel para ser colocado na parede. É, antes de tudo, a responsabilidade com a notícia, o respeito aos fatos e a seriedade diante da profissão”, afirmou.

Luiz Augusto Costa



Pastor Oliveira: “responsabilidade com a notícia”

Em defesa do Jornalismo		
Os deputados que assinaram a moção:		
Ângelo Vanhoni	Dobrandino	Luiz Accorsi
Arlete Caramês	Elton Welter	Marcos Isfer
Artagão Júnior	Elza Correia	Natálio Stica
Barbosa Neto	Francisco Buhner	Pedro Ivo
Bradock	Hermes Fonseca	Ratinho Júnior
Carlos Simões	Luciana Rafagnin	Renato Gaúcho
Chico Noroeste	Luciano Ducci	Tadeu Veneri
		Zucchi

Fenaj e sindicatos definem nova estratégia

A diretoria da Fenaj e representantes de 12 dos 30 sindicatos de jornalistas do país estiveram reunidos no dia 8 de fevereiro em São Paulo para definir a segunda fase da campanha em defesa da profissão de jornalista. O Paraná foi representado pelo presidente Mário Messagi Junior. Confira abaixo o que foi decidido.

1. Ampliar a campanha para a sociedade, mas reforçando e intensificando junto à categoria, meio acadêmico, outras entidades e segmentos do campo da comunicação. Com isso, é preciso ampliar também o enfoque da campanha: tirar o foco exclusivamente do diploma e centrar no direito à informação, ressaltando a importância da formação de qualidade neste processo e da nossa regulamentação profissional. Conjugando com esta questão a luta pela aprovação do Conselho Federal de Jornalismo, cujo anteprojeto tramita no Congresso Nacional.

2. Dentro deste enfoque amplo e claro, desenvolver a campanha pela exigência do diploma relacionando-a e conjugando-a com a qualidade do ensino, democratização da comunicação, código de ética, campanhas salariais e a nossa proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo.

3. Produção das peças publicitárias com os novos enfoques e eixos (cartazes e adesivos). No Paraná foram distribuídos 2 mil adesivos e 150 cartazes na primeira fase da campanha.

4. Produção de uma peça institucional da campanha para distribuição de massa.

5. Boletim eletrônico semanal com informações atualizadas da campanha.

6. Nova edição do livro “Formação Superior em Jornalismo: uma exigência que interessa à sociedade”. Será feita uma atualização, incluindo nova apresentação, matéria com resgate de tudo o que aconteceu desde a primeira edição e seleção de novos textos.

7. Criar peças para rádio e tv, buscando num primeiro momento veiculação na rede pública de rádio e televisão.

8. Incentivar a produção e veiculação de artigos em defesa da regulamentação. No Paraná, o Sindicato já lançou essa idéia e reforça mais uma vez a necessidade de continuar a produção de artigos.

9. Buscar apoios e pareceres junto a entidades e outros conselhos profissionais. No Paraná, já

foi feito durante a primeira fase da campanha, mas o Sindicato buscará mais apoios.

10. Retomar os abaixo-assinados.

11. Realizar um dia nacional em defesa da regulamentação profissional (7 de abril).

12. Buscar apoio do Governo Federal, de entidades do campo da comunicação e de classe e conselhos profissionais.

13. Propor ao governo a criação de um espaço público para a discussão das políticas públicas de comunicação, debatendo-se neste, por exemplo, o modelo de comunicação, o desemprego e questões trabalhistas em geral. A idéia é uma comissão tripartite governo, Fenaj e empresariado.

14. Realizar um seminário no Congresso sobre regulamentação profissional e direito à informação, aproveitando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

A Comissão Nacional da Campanha em Defesa da Regulamentação Profissional dos Jornalistas tem uma coordenação com quatro integrantes, além da participação de todas as vice-presidências regionais da Fenaj e um representante de cada Sindicato.



diploma

Manifestação une jornalistas e estudantes em defesa do diploma

O Dia do Jornalista, 7 de abril, foi marcado por uma grande manifestação em Curitiba. Cerca de 300 profissionais e estudantes de jornalismo participaram de um protesto contra a sentença da juíza Carla Rister, da Justiça Federal de São Paulo, que suspende a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná — Sindijor-PR organizou o ato, com apoio da União Paranaense dos Estudantes (UPE), do Sindicato dos Bancários de Curitiba, do DCE Mude (UTP) e de vários centros acadêmicos.

A manifestação começou às 10h, na Boca Maldita, com a distribuição de 20.000 panfletos. Logo em seguida, a pedido do Sindijor-PR, o grupo teatral 'Respirar-te' fez no local uma apresentação ironizando a sentença da juíza Carla Rister e a ação movida pelo promotor André Ramos, do Ministério Público Federal de São Paulo.

Depois da apresentação, os manifestantes seguiram pelo calçadão da Rua 15 de Novembro carregando um diploma de 3 metros e acompanhados de um carro de som. Em frente à sede Procuradoria da República no Paraná, jornalistas e estudantes bloquearam a entrada do prédio e deitaram no chão. O presidente do Sindijor-PR, Mário Messagi Júnior, fez um pronunciamento alertando sobre as distorções e erros contidos na ação movida pelo promotor André Ramos. A manifestação terminou na Praça Santos Andrade, com mais panfletagem e com os presentes cantando o Hino Nacional.

“Alcançamos nosso objetivo. Mostramos para a população o repúdio dos jornalistas a uma decisão míope dessa juíza”, afirmou Messagi Júnior. “Foi um sucesso absoluto. É mais uma prova de que o Sindijor tem poder de mobilização e de reação”, defendeu Silvio Rauth Filho, diretor-executivo da entidade.

Atividades e protestos com o mesmo objetivo foram realizados nas principais cidades do Paraná e do Brasil, organizados pelos sindicatos de jornalistas e pela FENAJ.



Aluisio de Paula

O grupo Respirar-te fez apresentação criticando a decisão de Carla Rister



Valdenêr P. de Oliveira

Mário Messagi Jr. discursa em frente à sede do Ministério Público Federal



Valdenêr P. de Oliveira

A porta da Procuradoria foi fechada pelos manifestantes com a ajuda de um diploma de 3 metros

VEJA NA PRÓXIMA EDIÇÃO
Como foi o 7 de Abril no Interior do Paraná

Manifesto em Defesa da Profissão

Nesta segunda-feira, 7 de abril de 2003, é dia de luta para uma categoria de trabalhadores brasileiros: os jornalistas. Há um ano e meio, não existe nenhum critério para obtenção do registro de jornalista e atuar profissionalmente. Uma decisão da juíza Carla Rister, da Justiça Federal de São Paulo, suspendeu em todo País a exigência de qualquer formação para o exercício da nossa profissão.

A juíza paulista, na verdade, sustenta a confusão entre exercício profissional do jornalismo e direito de expressão. Enquanto o direito de expressão é inerente à existência da cidadania em qualquer sociedade democrática, e válida para todos, o exercício da profissão atinge tão somente aqueles que utilizam o jornalismo como meio de vida. Qualquer cidadão, desde que autorizado pelo proprietário do veículo, pode se manifestar livremente em jornal, rádio, revistas, TVs etc. No entanto, jornalismo, só deve ser praticado por jornalistas.

O resultado previsível desta decisão judicial será uma sociedade ainda mais distante das condições ideais de acesso à informação de qualidade, ética e pluralista, imagem reforçada de um país condenado pelo monopólio dos meios de comunicação, cuja concentração é vedada pela Constituição Federal, este sim, um princípio constantemente desrespeitado.

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e todos os Sindicatos de Jornalistas e ela filiados reafirmam o seu entendimento de que a decisão da juíza é contrária ao interesse público. É, ainda, uma decisão retrógrada, pois tenta retirar dos jornalistas uma conquista de 80 anos de luta, que é a exigência de formação específica para a obtenção do registro profissional.

A FENAJ e os sindicatos de jornalistas do país mantêm a confiança de que a lei da profissão é absolutamente constitucional e que, por essa razão, alcançarão a vitória na decisão final sobre essa questão. Portanto, neste 7 de abril, dia do jornalista, repudiam publicamente mais essa tentativa oportunista de desregular a profissão e que ameaça o verdadeiro princípio da liberdade de expressão e do acesso público à informação livre, plural e democrática.

Federação Nacional dos Jornalistas



Em defesa do Jornalismo

Presidente do Sindicato pede apoio ao Legislativo em defesa do diploma

Júlio Covello



Mário Messagi Júnior discursa na Assembléia Legislativa do Paraná defendendo o diploma

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, Mário Messagi Júnior, fez no dia 1º de abril um pronunciamento na Assembléia Legislativa do Paraná pedindo o apoio dos deputados estaduais à luta da categoria contra a decisão da juíza federal Carla Rister, que revogou a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Apresentado pelo deputado Ângelo Vanhoni (PT), Messagi afirmou que, embora a luta em defesa do diploma interesse muito à categoria, a discussão sobre o assunto diz respeito a todos os cidadãos que fazem a democracia.

Depois do seu pronunciamento, o presidente do Sindicato recebeu o apoio à luta dos jornalistas profissionais em defesa da obrigatoriedade do diploma dos deputados Tadeu Veneri (PT), Homero Barbosa Neto (PDT) e Elza Correia (PMDB). Também representantes da União Paranaense de Estudantes (UPE) e do Diretório Central de Estudantes (DCE) Mude da Universidade Tuiuti do Paraná estiveram dando seu apoio na Assembléia.

Leia abaixo a íntegra do discurso.

EM DEFESA DA PROFISSÃO DE JORNALISTA

Pronunciamento proferido na Assembléia Legislativa do Paraná, no dia 1º de abril de 2003.

Digníssimo presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado Hermas Brandão, demais membros da mesa diretora, senhores deputados estaduais, colegas jornalistas, demais presentes.

Gostaria de iniciar o meu pronunciamento me dirigindo primeiro aos meus colegas de profissão. Sem vocês, caros jornalistas, esta casa legislativa estaria longe do povo, a quem deve representar. Sem jornalistas e sem jornalismo, a democracia ficaria míope, e o povo não teria como interferir e escolher seus legítimos representantes.

Senhor presidente, não se faz democracia sem a tripartição dos poderes, mas também não se faz democracia, em parte alguma do mundo, sem jornalismo e sem bons jornalistas. Onde começam os regimes de exceção, rapidamente se impõem o silêncio à imprensa e, logo na seqüência, se diminui ou se cala

o Legislativo. Por isso, de certa forma, somos, cada uma com seu papel, fundamentais para democracia: legislativo e imprensa.

Senhores deputados, vossas senhorias, fontes constantes de nossa atividade, sabem, melhor do que qualquer um, a importância de bons jornalistas. Por isso, recorro a esta casa para pedir apoio a uma categoria, é verdade, mas sobretudo ao perfeito funcionamento da democracia.

Relato os fatos. No dia 18 de dezembro de 2002, a juíza federal Carla Rister acolheu os argumentos do procurador André Ramos e exarou uma sentença revogando o inciso V, do artigo 4º, do decreto 972/69, que exigia formação superior em jornalismo para o exercício da profissão. A partir de então, qualquer pessoa pode se dirigir à Delegacia Regional do Trabalho e solicitar seu registro profissional de jornalista, bastando para tanto não ser julgado e condenado na justiça, ser brasileiro e ter carteira de trabalho.

A juíza proferiu sua sentença com base nos seguintes argumentos:

1) a exigência de diploma configura elitismo indistigável, pois cerceia o ingresso na profissão de qualquer pessoa "talentosa" que não tenha a possibilidade de fazer um curso superior. Parte da

duvidosa premissa de que talento é algo inato e não formado ao longo de toda uma vida e aplica um princípio geral a um único caso específico. O elitismo está em toda sociedade, desde a exigência de primeiro grau para ser gari, o de segundo para ser bancário até a necessidade de mestrado para ser professor universitário. Coerente seria, com base neste argumento, não restringir o acesso de ninguém a qualquer profissão;

2) a lei teria sido promulgada em época adversa, num regime de exceção, por uma junta militar. A juíza desconsidera, olímpicamente, a existência do decreto lei 83284/79, que dez anos depois confirmou a regulamentação da profissão de jornalista e foi promulgado por um

presidente da República. Podem, ainda, argumentar que estávamos em uma ditadura. No entanto, num país como o nosso, que viveu mais períodos de exceção que de democracia plena, argumentar que isto invalida uma lei é desmontar boa parte de nosso arcabouço jurídico, incluindo o sistema de representação das unidades federativas no Senado e a CLT;

3) a juíza considera que não há nada de específico na formação de um jornalista, nem uma ética, nem uma técnica, nem princípios jornalísticos. Por isso,

qualquer um, com boa formação geral e com capacidade de redigir textos, poderia exercer a profissão. No entanto, caros parlamentares, a decisão de publicar ou não uma declaração ou outra dos senhores envolve uma escolha que se rege por princípios jornalísticos. O jornalismo é o principal agente da agenda pública de discussão, é a atividade que define o que em política é importante para a sociedade discutir. Isto caracteriza a especificidade da atividade, entre tantas outras coisas. Mas não vou me alongar neste ponto. E explicarei as razões um pouco mais à frente;

4) segundo a sentença, apenas profissões que colocam a vida em perigo, diretamente, deveriam ser regulamentadas, como médicos, engenheiros... de resto, não competiria ao Estado regulamentar profissões por outros motivos. Esta concepção é simplória. Desconsidera um tempo em que as comunicações ganharam uma dimensão formidável e exercem um poder simbólico que, no limite, também mata. A guerra no Iraque se assenta sobre o apoio da opinião pública norte-americana, construída nos bastidores da notícia. A difamação e a calúnia acabam com vidas, sim, como induziram, no Paraná, um profissional honrado a se suicidar, num caso relativamente recente. Ademais, por este limite, todas as profissões da área de humanidades e de sociais aplicadas deveriam ser desregulamentadas: economistas, contadores, administradores, sociólogos, historiadores e, evidentemente, advogados. Para que exigir que nas salas de aula professores de literatura tenham que ter feito curso superior de Letras? Vossos filhos, se não gostarem de literatura, não morrerão. Além do quê, tal formação prescinde de curso superior. Compete ao Estado proteger a sociedade e regulamentar áreas que considere relevantes, tanto exigindo formação adequada dos nossos professores quanto formação adequada dos nossos jornalistas;

5) por fim, o último argumento. A lei fere, na concepção da juíza, a Constituição, pois limita o acesso e a expressão da opinião. Por isso, ao colidir com o artigo 5º da Carta Magna, teria se tornado inconstitucional. Nada mais tolo. Exercer o jornalismo não é expressar a própria opinião diariamente nos jornais. Jornalistas reportam, mediam as vozes

"A luta pelo diploma não é só nossa, mas de qualquer cidadão que preza a democracia"

Mário Messagi Jr.



Em defesa do Jornalismo

alheias. Os senhores sabem tanto disso que devem cobrar dos jornalistas que suas declarações sejam tratadas de maneira transparente. Além disso, a lei permite que qualquer pessoa escreva nos jornais, manifestando sua opinião. Se este espaço é restrito pelas empresas, este problema está muito longe da regulamentação da profissão. A juíza confunde, lamentavelmente, opinião e informação, por inépcia ou má-fé. A sentença, no limite, deveria produzir o resultado que objetiva. Ou seja, extinta a exigência do diploma, o acesso ao espaço editorial dos jornais deveria ser franqueado a qualquer cidadão. É isto que acontecerá?

A miopia da decisão não vê que direito de expressão é algo distinto de direito de informação. A lei nunca impediu que qualquer pessoa manifeste suas opiniões nos jornais. As empresas de comunicação, sim. De qualquer forma, o que deve estar garantido na democracia é, mais que isso, o acesso às informações, com qualidade, transparência dos atos dos três poderes para que a opinião pública possa se formar legitimamente e não manipulada.

Ademais, num país onde uma emissora de TV pode comprar os direitos de transmissão de um evento esportivo e não transmiti-lo, ferindo meu direito cidadão de ser informado, tratar a regulamentação dos jornalistas como uma restrição ao direito de informação é risível.

Mas o mais grave, senhores, não é isso. Discutir se uma profissão exige a formação superior, a especificidade da formação em jornalismo, o elitismo da lei, a especificidade ética da profissão compete ao Legislativo, não ao Judiciário. O que a juíza está fazendo fere, flagrantemente, o estado democrático de direito, a tripartição de poderes na República. Toda essa discussão não lhe compete, mas sim ao Legislativo. Quando um poder se arvora o direito de exercer atividades de outro, algo está errado na democracia. Como se a simples desregulamentação em si não colocasse em risco a democracia, a própria sentença, pelo seu teor, é uma agressão a esta casa e a todas as casas legislativas que zelam pelo seu papel.

Por isso, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná está aqui hoje, pedindo o apoio da Assembléia Legislativa do Paraná, numa luta que interessa muito à nossa categoria. Porém a discussão não é só nossa, mas de qualquer cidadão que preza a democracia.

1º de abril de 2003.
Mário Messagi Júnior
Presidente do Sindijor-PR



Convenção Coletiva garante obrigatoriedade do diploma no Paraná

A decisão da juíza Carla Rister, da 16ª Vara Cível da Justiça Federal de São Paulo, de acabar com a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo não tem efeito no Paraná. O motivo é a cláusula 38 da Convenção Coletiva de Trabalho 2002/2003 (CCT 02/03), assinada entre os sindicatos dos jornalistas paranaenses e os sindicatos das empresas de jornais, revistas, televisões e rádios do Estado. A CCT, com validade de 1º de outubro de 2002 a 30 de setembro de 2003, tem peso de lei.

A cláusula 38 proíbe que empresas jornalísticas contratem jornalistas sem o registro profissional estabelecido pelo Decreto 83284 de 1979, que determina a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo. Portanto, estará irregular e passível de multa a empresa que empregar pessoa com registro precário – denominação utilizada pelo Ministério do Trabalho para as concessões sem o diploma.

O único efeito da decisão da juíza no Paraná será permitir que qualquer pessoa consiga o registro precário. Entretanto, não poderá trabalhar em empresa jornalística situada no Estado.

O Sindicato pede que todos os jornalistas ajudem na fiscalização e denunciem qualquer empresa jornalística que contrate profissionais irregulares. O nome de quem fizer a denúncia será mantido em sigilo. Caso não tenha certeza se o profissional em questão é diplomado ou não, consulte o sindicato, que possui a relação dos registros profissionais abrangidos pela CCT, ou seja, os concedidos na forma do Decreto 83284 de 1979, e também a relação de todos os registros precários.

A cláusula 38

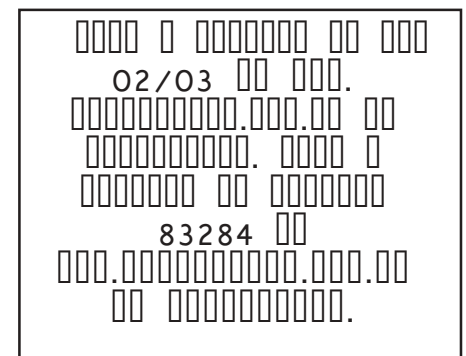
“A prestação de serviços em qualquer uma das funções previstas pelo Decreto n. 83284/79 é privativa de profissionais jornalistas habilitados na forma da lei em qualquer empresa ou veículo de comunicação ou a ele equiparados.

Parágrafo único: A empresa jornalística ou a ela equiparada compromete-se a cumprir rigorosamente o que dispõem os artigos 302 e seguintes da CLT ou seu correspondente em caso de alteração da CLT, o Decreto-Lei n. 972/69 e suas regulamentações posteriores, especialmente o Decreto n. 83284/79.

Luta permanente

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná - Sindijor-PR alerta que a luta pelo diploma não pode parar, mesmo com a cláusula 38 da CCT 02/03.

“A decisão da juíza representa um atentado grave ao Decreto 83284, uma conquista histórica dos jornalistas brasileiros. Se não respondermos a esse ataque, ficaremos fragilizados”, argumenta a diretoria do Sindijor-PR. “Mesmo que o Paraná esteja em situação privilegiada, por causa da CCT, precisamos lutar em defesa do jornalismo, para que não seja vítima de novos golpes”, defende a entidade, que espera contar com o apoio de todos os filiados nessa campanha.





Massa de manobra

Luís Henrique Pellanda

O repórter Carlos Dorneles, na Globo há 20 anos, ex-correspondente em Londres e Nova Iorque, acaba de lançar um livro. Pouca gente sabe. O trabalho não está sendo muito comentado pela mídia nacional. Trata-se de Deus É Inocente, um estudo sobre a forma parcial, conivente ou passiva com que a imprensa viria divulgando, desde os atentados de 11 de setembro de 2001, informações sobre a Guerra do Afeganistão, as ameaças ao Iraque, o terrorismo e os conflitos entre judeus e palestinos. Durante um ano, Dorneles consultou várias agências internacionais de notícias e alguns dos maiores jornais e revistas mundiais, como os norte-americanos The Washington Post, The New York Times e Time Magazine. No Brasil, concentrou sua pesquisa sobre sete veículos: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, O Globo, Época, Veja e IstoÉ. As conclusões do autor são desanimadoras. Em entrevista ao Caderno G da Gazeta do Povo, Dorneles falou sobre manipulação de informações e a crise de confiabilidade por que passa a imprensa.

Caderno G – Como a imprensa recebeu o lançamento de seu livro? Houve algum retorno?

Carlos Dorneles – Nenhum. E eu não esperava o contrário. Não houve, em nenhum dos jornais ou revistas, qualquer referência ao livro. Tenho a impressão, mas não a certeza, de que o Estadão deu uma pequena nota sobre o lançamento. Mas não consigo imaginá-los fazendo uma reportagem sobre um livro que critica o trabalho deles.

Como as redações brasileiras poderiam fugir do texto das agências internacionais?

Não é fácil. Não só no Brasil, mas no mundo ocidental inteiro, o massacre das agências de notícias é impiedoso. Elas têm o monopólio da informação. Mas não basta dizer: “Vamos resistir.” Porque não é apenas o leitor que é influenciado por essas informações. Os próprios jornalistas acreditam no que publicam. Acreditam por acreditar ou por passividade.

E a crise entre Estados Unidos e Coreia do Norte? Assim como fez com Bin Laden e Saddam Hussein, a imprensa estaria pintando Kim Jong Il como lou-

co ou exótico?

Sem dúvida. Vi ontem, na televisão, uma chamada mais ou menos assim: “O ditador esquisito”. Para provar sua esquisitice, a matéria falava que ele gosta de velocidade e cinema. É exótico gostar de cinema? O importante é que os Estados Unidos estão pipocando para a Coreia do Norte, enquanto são extremamente exigentes com o Iraque. A diferença en-

ta uma história diferente?” Um colega meu, de jornal, me disse: “Peguei uma reportagem sobre Israel que era obviamente um informe oficial do exército israelense. Os palestinos não tinham história. Sobre os israelenses havia todo um drama.” Ele quis saber: “O que eu faço? Corto do jornal?” É muito complicado decidir. O primeiro passo é ter um espírito crítico – o que já é difícil. O segundo

entre judeus e palestinos, o medo de ser considerado anti-semita influencia muito o jornalista?

Como os maiores desastres da humanidade aconteceram com os judeus, isso é usado politicamente para calar vozes críticas, hoje, quando Israel já domina um povo há décadas. Absurdo. São fatos absolutamente distintos.

Israel deve ser cobrado duramente pelo que pratica hoje. Mas é evidente que o conservadorismo judaico usa isso com muita eficiência, inclusive no Brasil. Qualquer crítica é considerada anti-semitismo.

Seu livro é direcionado mais à opinião pública do que à imprensa. Por quê? A imprensa nunca muda?

Não tenho a ambição de mudá-la. Seria muita petulância. Mas quero dar minha contribuição. Em pesquisas de confiabilidade, a imprensa nunca aparece entre os primeiros. É aquele descrédito iconoclasta e incendiário: nada presta na imprensa, os jornalistas são todos uns abutres. O que eu quis foi dar subsídios para que as pessoas reflitam não só sobre os acontecimentos internacionais, mas sobre as entrelinhas dos jornais, para que saibam como consumir tanta informação. Aliás, sempre se diz que a informação é uma coisa ótima, quanto mais melhor. Tenho convicção de que a quantidade de informação não representa nada. Se fosse assim, o povo americano seria o mais sábio do mundo. Hoje, o acesso à informação é fantástico. Isso significa que as pessoas estão mais esclarecidas?

A melhor e a primeira crítica aos métodos da imprensa deveria, então, ser feita por ela própria?

A primeira, eu diria. E não é feita. A imprensa é muito corporativista, não admite críticas.

Sobre o Iraque, você vê futuro nessa guerra anunciada?

Bush está numa situação difícil. Ele quer a guerra de qualquer jeito. E, quanto mais o tempo passa, mais difícil fica. Essa guerra é injustificável, um escândalo. A Coreia do Norte abertamente desafia os Estados Unidos. E, com os norte-coreanos, eles negociam. Qual a diferença? A Coreia do Norte tem uma bomba nuclear e o Iraque tem petróleo. São tratamentos diferenciados. O mundo começa a reagir contra a guerra. E, mesmo que encontrem armas no Iraque, isso já seria um absurdo. Por que a maior superpo-



Roberto Rocco

Carlos Dorneles: “o massacre das agências de notícias é impiedoso”

tre um e outro é óbvio: petróleo. Mas você pode ter certeza de que não foi um redator ou um editor da Record ou da Band que resolveu chamar Kim Jong de exótico. Isso já veio pronto nas agências de notícias. Esse é o tom de todas as coberturas.

E dentro da Globo?

A dificuldade é a mesma de qualquer outro órgão de imprensa. É muito complicado você dar uma visão que seja diferente da passada pelas agências. Quando isso acontece, dizem: “O quê? Está todo mundo falando que o ditador da Coreia do Norte é um insano e você con-

é colocá-lo em prática. Difícil também. Mas acho que há sempre um meio-termo. Você não precisa romper com os limites da grande imprensa ou botar sua cabeça a prêmio para fazer um trabalho honesto. Nem é preciso fazer editoriais. Não há condições ou poder para isso. Mas você pode, no dia-a-dia, ir limpando essas informações, dando prioridade à notícia, não acreditando no que não tem fundamento jornalístico, no que não foi comprovado. Ou apenas tentando apurar os fatos – coisa que não se faz em cobertura internacional.

Em relação à cobertura dos conflitos



Matéria sobre salário de deputados paranaenses gera contestação

tência do planeta pode possuir armamentos de todo tipo e o Iraque não? Antes, os Estados Unidos prometiam guerra se o Iraque não permitisse a entrada dos inspetores. Tinham certeza de que Saddam nunca aceitaria isso. Mas aceitou. Agora, têm que achar outro motivo para a guerra. Então começam as provocações: fazem os inspetores entrar em palácios. Imagine uma comissão, no Brasil, mandada pelos Estados Unidos, entrando no Palácio do Planalto. É uma humilhação. Querem que alguém diga: "Aí já é demais, aqui não pode entrar." Pronto. É ali que estarão as tais armas nucleares. Bush é um perigo para o planeta. Mas, à medida que o tempo passa, vou ficando mais otimista. As coisas estão ficando mais difíceis para ele.

O que você achou da cobertura das eleições no Brasil e das manchetes sobre o nervosismo do mercado?

Mais uma vez, a imprensa serviu como massa de manobra do chamado mercado. Foi para o lado que ele definiu. Todas as manchetes econômicas eram ao sabor da sua vontade. Isso continua, mesmo depois das eleições: "O mercado pede, quer, espera." A chantagem do mercado foi imediatamente absorvida pela imprensa. Eu gostaria de escrever, para o futuro, um trabalho mais detalhado sobre a atuação do tal Mercado com M maiúsculo no Brasil. Quem é o mercado e quem é a imprensa nessa relação?

E o chamado "poder paralelo" no Rio, como ele é tratado pela imprensa?

Você fala do tráfico? Sempre me questionei sobre o que seria o tal crime organizado. Para mim, é desorganizado. Mas a imprensa cria uma organização que, na verdade, não existe. O que tenho visto é chamarem de organizado o crime na favela. Uma garotada que morre muito cedo. O que eu chamo de crime organizado é aquele que nunca aparece. Mas a imprensa tem o hábito de transformar a bandidagem em mito. É o Comando Vermelho, o PCC. Como se fossem organizações extremamente eficientes. Transformam uma pessoa no maior dos bandidos. Daí matam aquele bandido e começa tudo de novo.

A imprensa, então, viveria da substituição constante de um mito por outro?

Em todos os setores, do esporte à economia.

Matéria publicada no dia 20 de janeiro de 2003 e transcrita com a autorização do autor.

Sai Mesa Executiva, entra nova Mesa Executiva, e antigos vícios teimam em persistir na Assembléia Legislativa do Paraná. Na segunda-feira, 3 de fevereiro, o Jornal do Estado publicou matéria com o título "Verba de deputado passa de R\$ 54 mil". Como a matéria explicou, esse total inclui os R\$ 9,5 mil de salário do deputado, mais R\$ 30 mil de verba de gabinete, além de R\$ 15 mil de verba de ressarcimento.

Na verdade, segundo o informativo Para Todos de março/abril de 2003, do mandato do deputado estadual Tadeu Veneri (PT), a verba que cada deputado recebe todo mês chega quase aos R\$ 60 mil.

No dia seguinte, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Hermas Brandão (PSDB), contestou o dado da matéria, afirmando que cada parlamentar tem direito a R\$ 12 mil mensais para a contratação de funcionários em cargos de confiança, e não R\$ 30 mil.

Segundo Ivan Santos, editor de política do Jornal do Estado, "a Assembléia Legislativa continua sendo uma caixa preta e ninguém consegue obter informações sobre os seus gastos. Essas informações devem ser públicas. Qualquer cidadão deve ter acesso a esses dados, e muito mais os jornalistas, porque é dinheiro dos contribuintes". Ele afirma que o JE fez o seu trabalho e não vai voltar mais ao assunto.

A matéria do JE, assinada pelo repórter José Marcos Lopes, publica que, "apesar da promessa da nova Mesa Executiva da Assembléia de dar mais transparência às contas da Casa, ainda é difícil descobrir ao certo o valor a que cada deputado tem direito por mês. A maioria dos parlamentares não gosta de comentar o assunto, principalmente o reajuste na verba de ressarcimento", que deve ser reajustada de R\$ 13 mil para R\$ 15 mil na atual legislatura.

Para Ivan Santos, "o mais importante é a transparência. A contestação do presidente da Assembléia foi pontual, relativa apenas aos salários". Existem documentos

"As informações da Assembléia Legislativa devem ser públicas. Qualquer cidadão deve ter acesso a seus dados, e muito mais os jornalistas, porque é dinheiro dos contribuintes"

Ivan Santos,
editor de Política do Jornal do Estado

de gabinetes de deputados comprovando repasse acima de R\$ 59 mil aos parlamentares. "É preciso cobrar da Mesa Executiva da Assembléia que ela tem a obrigação de passar informações corretas, inclusive à imprensa".

Segundo o deputado estadual Tadeu Veneri (PT), o problema com a transparência das contas também ocorria na Câmara Municipal de Curitiba. Mas foi resolvido desde que a Câmara passou a publicar todos os seus gastos no Diário Oficial, e assim qualquer contribuinte pode saber onde está sendo empregado o dinheiro que é cobrado dele através dos impostos.

Durante a elaboração da matéria, o que chamou a atenção dos jornalistas do JE é que a maioria dos parlamentares não gosta de comentar o assunto, principalmente o reajuste na verba de ressarcimento. "Inclusive deputados do PT, partido que sempre defendeu a transparência nas contas públicas, preferem silenciar sobre o que cabe a cada parlamentar na Assembléia Legislativa", diz Ivan Santos. Os deputados argumentam que o seu salário é "justificado" pela Constituição Federal, que determina que o valor não passe de 75% do que é pago aos deputados federais.

VERBA DOS DEPUTADOS

Salário do deputado:

R\$ 9.540,00

Verba de assessoria:

R\$ 30.229,78

Verba de ressarcimento:

R\$ 20.000,00

Fonte: Informativo Para Todos, março/abril de 2003, do mandato do deputado estadual Tadeu Veneri (PT)



Um laboratório de idéias formidável

Um laboratório de idéias formidável e uma mistura surpreendente de reflexões e debates sobre a globalização e seus efeitos, que despertou um entusiasmo cada vez maior desde a sua criação, em 2001, para se opor ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça. Foi assim que o jornal francês *Le Monde* definiu o Fórum Social Mundial, que teve a sua terceira edição em Porto Alegre, de 23 a 28 de janeiro.

Como nos anos anteriores, o Fórum foi aberto com uma grande marcha, com mais de 70 mil pessoas que expressaram a sua oposição à guerra e ao neoliberalismo. A manifestação se estendeu pelas ruas centrais da capital gaúcha no final da tarde do dia 23, para terminar perto do Acampamento da Juventude, um enorme ajuntamento de barracas que abrigou cerca de 25 mil jovens do mundo inteiro.

O alvo comum dos manifestantes eram os Estados Unidos. Nas faixas carregadas por grupos de pessoas de vários países da América Latina e da Europa, a palavra “imperialismo” voltou à moda. O rosto de Che Guevara era exibido nas camisetas por muitos jovens ou agitado ao vento nas bandeiras. A solidariedade aos palestinos aparecia em cartazes com as palavras “Viva Arafat”. Com judeus pacifistas, brasileiros e israelenses, estavam presentes, manifestando-se em favor da paz.

Do Fórum Social Mundial participam associações empenhadas nas reformas econômicas, confederações sindicais internacionais, associações humanitárias, ordens religiosas dedicadas à promoção social, partidos políticos brasileiros, movimentos sociais, trabalhadores sem terra, povos indígenas de toda a América Latina, e até adeptos da meditação indiana. “Aqui se encontram representantes de todas as tribos”, observa Gerson Almeida, secretário do Meio Ambiente da Prefeitura de Porto Alegre. O clima é muitas vezes de festa, sempre descontraído. Nele são trocados muitos endereços de sites na Internet. Um participante tenta o inglês com uma interlocutora que julgava brasileira e depois o espanhol, e finalmente descobre que ambos são franceses.

Um agrupamento heterogêneo

Porto Alegre é uma torre de Babel social, basicamente contra a guerra, um agrupamento muito heterogêneo com

preocupações humanistas. No primeiro ano se credenciaram 4 mil delegados de organizações, vindos de 122 países, num total de 10 mil participantes. Em 2002 já eram 60 mil e 100 mil em 2003.

Os mais animados são os brasileiros. Eles vêm de todos os Estados, em grandes caravanas ou em pequenos grupos. O país vive uma mudança política, o início da era Lula e o tempo do cumprimento das promessas – da fome zero e da erradicação do analfabetismo. Mas o evento atrai a América Latina

vez maior, o comitê organizador brasileiro distribuiu o evento por vários pontos da capital do Rio Grande do Sul. Além do complexo da Pontifícia Universidade Católica (PUC), pólo central do evento, um ginásio de esportes coberto, o Gigantinho, do Internacional de Porto Alegre, acolheu conferencistas, intelectuais engajados, dirigentes de organizações e políticos, que se expressaram perante auditórios lotados com mais de 15 mil pessoas muito animadas. No cardápio das intervenções, “Imperialismo, guerra e unilateralismo”,

bre “a dívida externa”, “a fome em São Paulo” ou “a agricultura biológica”. Algumas propunham ações concretas ou uma troca de experiências.

Nas avenidas entre os prédios da PUC, uma quantidade enorme de estandes, onde as camisetas com o rosto de Che Guevara rivalizam com outras contra a intervenção dos Estados Unidos no Iraque. É possível encontrar faixas das grandes organizações não governamentais (Ongs) do mundo inteiro espalhadas por todos os lugares e piqueteiros argentinos em manifestações ruidosas. Perto do prédio principal da universidade, um grupo folclórico gaúcho apresenta suas canções.

Nos corredores, uma multidão enorme. Filas de 20 metros formavam-se para entrar nos elevadores. Nos diversos andares, algumas salas acolhiam pequenos grupos de quatro ou cinco e outras estavam lotadas. Cada uma com o seu tema: “Construção da cidadania desde a infância”. “Uma outra economia é possível”, “Violência e controle social”, “A corrupção como entrave ao desenvolvimento”.

Às vezes, a profusão de assuntos levava à confusão. “É tudo um pouco

caótico”, comprovava um pesquisador em ciências sociais sueco, irritado com os problemas de organização. Uma reunião sobre a Argentina na sala 709 do prédio 40 era transferida na última hora para a sala 310 do prédio 41.

A “outra globalização”

Conforme seus princípios de fundação, o terceiro Fórum Social Mundial terminou no dia 28 de janeiro sem nenhuma declaração final. Porém, muita gente tomou posição, de forma individual ou em nome de movimentos sociais da “outra globalização” (segundo o novo conceito da antiglobalização). Neste ano, foram comuns as declarações e manifestações contra a guerra, principalmente no Iraque, e contra qualquer processo de militarização.

No último dia, os representantes do comitê organizador se expressaram



Emerson Gonçalves

Uma grande marcha, com mais de 70 mil pessoas, inaugurou o Fórum

inteira, atingida pelas crises, e, do outro lado do Atlântico, os europeus, principalmente franceses e italianos. Ainda pouca gente da África, e menos ainda do mundo árabe, eslavo e asiático.

Na multidão cosmopolita, é possível encontrar todo tipo de anônimos, resistentes de uma causa, membros de um movimento, de uma associação, engajados nas regiões da utopia. A paz, neste ano, esteve escrita em todos os suportes, bandeiras, cartazes, camisetas, e até nas testas. Muitos participantes do Fórum defendem duas causas: contra a guerra e contra a Aids. Um grupo de norte-americanos de Michigan veio a Porto Alegre para defender “o direito à água”. Mas não se esquece da guerra: “Quanto mais gente se manifestar contra a guerra, melhor”, diz a americana Holly.

Neste ano, devido ao sucesso cada

“Paz e valores”, “Meios de comunicação e globalização”. A alguns quilômetros dali, à beira do rio Guaíba, sete armazéns enormes viram suceder-se mesas-redondas que acolheram de 200 a 300 pessoas, “pelo direito das cidades”, “pelo acesso pleno à água, à comida, à terra”.

Todas as idades

A grande maioria das oficinas ocorreram na PUC, ministradas pelas próprias associações participantes. Em quatro dias, mais de 1.700 encontros foram realizados, distribuídos pelas salas de aula da universidade. Filas de 30 metros formavam-se para esperar nos balcões o programa do primeiro dia. Havia rostos de todas as idades. As paredes, os painéis e os corrimões das escadas estavam cobertos com pequenos cartazes, anunciando reuniões so-



numa conferência de imprensa. Nela, Cândido Grzybowski avaliou que “o Fórum Social não é mais um evento, mas um processo, uma usina de pensamentos”. Ele disse que o encontro deste ano reuniu “mais jornalistas (4 mil) que a última Copa do Mundo de futebol” e “deslegitimou o neoliberalismo”. Grzybowski também confirmou que o Fórum Social Mundial, previsto para o próximo ano na Índia, será realizado de novo em Porto Alegre em 2005, e não ocorrerá mais nas mesmas datas de Davos, que inicialmente foi o seu contraponto.

Uma espécie de repetição do desfile de abertura, a marcha que acompanhou o encerramento dos trabalhos no dia 27 foi o encontro, mais uma vez, de slogans contra a guerra no Iraque, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca, na qual os Estados Unidos pretendem englobar, a partir de 2005, todos os países do continente, com exceção de Cuba).

O tema da guerra apareceu muitas vezes ao lado de outras preocupações dos participantes, tanto econômicas como políticas ou sociais. Outra vez, o “imperialismo americano” cristalizou boa parte das reflexões saídas de cen-

tenas de assembleias, mesas-redondas, seminários do Fórum, e do grande número de oficinas organizadas durante o evento.

“Cultura de resistência”

Muitos participantes, como Peter Wahl, da organização alemã Weed, pediu o apoio às organizações e grupos que, nos Estados Unidos, resistem ao pensamento do governo de George W. Bush. Vindos em maior número este ano (mais de 1.000), vários delegados americanos foram muito aplaudidos em suas intervenções. Alguns deles, como Robert Burbach, do Center for Study of America, insistiram na “importância de o Fórum manter ligações com a sociedade americana”. Assim, diversas vezes a idéia de organizar um Fórum Social regional nos Estados Unidos foi lembrada, para estimular uma “cultura de resistência”.

Além da guerra, a questão do respeito aos direitos fundamentais das pessoas também esteve no centro de várias temáticas, atravessando-as como motivo condutor: direito ao respeito da dignidade humana, às seguranças alimentar e social, à água, à educação e à saúde, à moradia. A maioria dos temas foram acompanhados por uma



A eleição de Lula atraiu grande número de participantes ao Fórum

reflexão mais ampla sobre os meios a serem utilizados para garantir esses direitos em nível internacional.

Muitas vezes, no Fórum, houve mais perguntas do que respostas. Se as mesas-redondas determinaram claramente os objetivos, as estratégias a serem postas em prática ainda precisam ser mais bem elaboradas. Debates tentaram fazer as articulações pos-

síveis entre o surgimento de novos movimentos sociais, como o Fórum Social, e a ação política. Neste sentido, Francisco Whitaker, um dos fundadores do Fórum, avaliou que o Fórum devia ser entendido “como um espaço” e “um lugar de incubação”, onde “os partidos políticos poderiam vir e ouvir o que é dito”, para aprofundar e renovar suas propostas.





A explosão da mídia alternativa

O terceiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, foi coberto por 4.094 jornalistas credenciados de 1.423 veículos, de 51 países do mundo. Desse total 3.262 vieram representando veículos de imprensa, rádio ou tevê e 832 como jornalistas free-lancers. Brasil, Itália, França, Estados Unidos e Uruguai lideraram a lista dos meios de comunicação que mais enviaram representantes ao FSM 2003. O **Extra Pauta** também esteve presente.

A estrutura de imprensa montada para o Fórum Social Mundial impressionou não só pelo tamanho, mas sobretudo pela eficiência. Os jornalistas podiam servir-se de dois pólos de imprensa. O maior, no estacionamento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, oferecia 160 computadores e 40 pontos de conexão para laptop, conectados à Internet e munidos de programas para texto e manipulação de imagens digitais. Foi escolhido o sistema Linux para que os jornalistas pudessem dispor de softwares gratuitos. No ginásio Gigantinho, local das conferências e mesas-redondas, em outra sala havia 50 computadores e 20 pontos para laptops.

No Acampamento da Juventude, um centro de comunicação independente colocou 50 computadores à disposição. Estúdios de rádio e TV podiam ser utilizados pelas emissoras para fazer entrevistas com todo o conforto. As grandes agências de notícias, como a Reuters e a Associated Press, e algumas redes de comunicação alternativa montaram estandes exclusivos, como a Agência Latino-Americana de Informação (Alai)



Emerson Gonçalves

Mais de 4 mil jornalistas de todo o mundo fizeram a cobertura do Fórum

e a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc).

Mais uma vez, o que surpreendeu foi a grande cobertura de meios de comunicação alternativos. A Ciranda (www.ciranda.net) e a Rede Social Mundial montaram plataformas exclusivamente para o Fórum Social Mundial. A cobertura da Ciranda encontra-se na Internet, enquanto a Rede Social Mundial produziu matérias para a televisão e para o rádio.

A Ciranda Internacional de Informação Independente reuniu 800 jornalistas. Segundo Antônio Martins, um dos responsáveis pela edição do site, a Ciranda publicou 50 artigos por dia em seis línguas diferentes, além de vídeos, reportagens sonoras e ilustrações. Já a Rede Social Mundial, embora estivesse presente no fórum anterior, só neste foi realmente operacional. Ela chegou a oferecer dezoito horas de programas para televisão por dia via cabo, além de pro-

gramas de rádio em três frequências diferentes, nas contas de Gelcira Teles, responsável pelo setor de televisão.

Tanto a Ciranda como a Rede Social Mundial cobriram todo o fórum para todos os tipos de mídia (com exceção do jornalismo escrito). Porém, o volume de informação foi tão grande que os meios de comunicação alternativos permanentes se revelaram insuficientes.

O trabalho dos meios de comunicação comerciais e dos alternativos transcorreu em bom entendimento. “Às vezes abordamos os mesmos assuntos, mas os conteúdos são diferentes, e os públicos também”, explica Norman Stockwell, da Amarc. Essa associação reuniu em Porto Alegre vinte jornalistas, que produziram programas destinados ao seu próprio veículo e para meios de comunicação comunitários.

Também se credenciaram para a cobertura a Associação Latino-Americana de Educação pelo Rádio (Aler) e a Rádio

Internacional Feminista (RIF). Nos 30 metros quadrados de superfície da sala de imprensa, vinte homens e mulheres vindos dos Estados Unidos, da Argentina, do Equador, do Paraguai, do Uruguai e do Brasil compartilharam o espaço, procurando um outro modo de informar e atender a preocupações de independência em relação às multinacionais da informação e para que a informação não se sujeite às pressões do mercado.

Como no Fórum de 2002, foi quase só a mídia alternativa que informou seus leitores, telespectadores e ouvintes sobre o conteúdo efetivo dos debates. A maioria da mídia comercial ficou nos fatos de superfície, nos atos isolados, no que é excepcional e “esquisito”, e ignorou a imensa programação do fórum. A mídia comercial ainda não entrou dentro do FSM, o que renderia pautas fantásticas para enriquecer uma mídia tão pobre de grandes reportagens. A presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a repercussão do que foi dito em Porto Alegre em Davos permitiu ao leitor e espectador brasileiro ter uma visão melhor do que foi debatido no fórum. Mas ainda falta muito para que o leitor, ouvinte, telespectador e usuário da Internet brasileiro tenha uma boa cobertura desse evento.

www.ciranda.net
www.redesocialmundial.org
www.agenciartamaior.com.br
www.amarc.org
www.alai.org
www.mediasol.org

Lançamentos concorridos do jornal Brasil de Fato

Em um mês de circulação em Curitiba, o jornal Brasil de Fato já conseguiu mais de 100 assinaturas só na cidade. Em todo o país, elas passam de 3 mil. Comitês destinados à captação de assinaturas foram inaugurados em Ponta Grossa, Cascavel, Maringá e Londrina. Em Curitiba, o lançamento do jornal ocorreu no dia 13 de fevereiro, no auditório lotado do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, com a presença de deputados federais e estaduais, vereadores, dirigentes sindicais e lideranças religiosas.

O lançamento oficial do jornal aconteceu no dia 25 de janeiro, no auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, em

evento paralelo ao terceiro Fórum Social Mundial, com a presença de cerca de 10 mil pessoas. A explicação para essa grande afluência é que não se trata de um jornal qualquer: como declararam vários participantes, ele representa uma nova experiência no esforço para recuperar a informação e a comunicação como um direito do cidadão e a serviço da organização social.

A apresentação pública do Brasil de Fato foi acompanhada não só por um grande número de brasileiros, mas também por delegações de movimentos sociais e populares de diversos países que participaram do Fórum. Dezenas de intelectuais, artistas, políticos e au-

toridades se fizeram presentes. O evento foi prestigiado pelo escritor uruguaio Eduardo Galeano, autor de “As veias abertas da América Latina” e “Memórias de Fogo”, e pela argentina Hebe de Bonafini, presidente das Mães da Praça de Maio.

Brasil de Fato nasceu depois de um laborioso processo que incluiu não só a garantia da qualidade jornalística, mas também da parte econômica. A experiência inclui um sistema de pequenas contribuições das principais organizações sociais do Brasil. No início ele terá edição semanal e a partir de junho seu editor-chefe, José Arbex Júnior, espera transformá-lo

num diário que “não só informe mas também eduque e contribua para fortalecer o movimento social e participe das mudanças de que a sociedade brasileira precisa”.

O lançamento do Brasil de Fato foi uma festa. No palco do Araújo Viana personalidades políticas e intelectuais do Brasil e da América Latina expressaram suas opiniões sobre o lançamento do jornal, num revezamento com músicas, clamores e aplausos, aos quais se juntaram Sebastião Salgado, mestre da fotografia social, Olívio Dutra, ministro das Cidades e ex-governador do Rio Grande do Sul, e Aleida Guevara, a filha do Che.



A mídia, tema principal do Fórum

Os meios de comunicação foram um dos temas principais dos debates no terceiro Fórum Social Mundial. O eixo 3 do evento, Mídia, cultura e contra-hegemonia, mobilizou um grande número de pessoas em disputadas conferências, seminários e mesas-redondas. A Internet esteve sempre em pauta, fortalecendo a idéia de sua importância como instrumento de inclusão social. Os meios de comunicação alternativos, muito presentes em Porto Alegre, dedicaram a ele muitas oficinas. Falou-se inclusive na “criação de uma rede de meios de comunicação alternativos”.

Ignacio Ramonet, do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, apresentou os grandes meios de comunicação como “os agentes principais da globalização”. Segundo ele, são multinacionais que englobam todas as formas e meios de comunicação em escala planetária. Abandonando o seu papel de “quarto poder ou contra poder”, os grandes meios de comunicação “se uniram ao poder” para oprimir os povos, afirmou Ramonet. Diante desta situação, ele propôs a criação de um Observatório Internacional dos Meios de Comunicação, que foi lançado no dia 27 de fevereiro em Porto Alegre (ver matéria na página 21).

Para Ramonet, a Venezuela, que viveu uma crise política durante vários meses, é um caso típico em que os meios de comunicação “assumem o poder ideológico contra as reformas sociais”. Esta situação pode ocorrer também no Equador e no Brasil, preveniu. No Equador, o ex-coronel golpista Lúcio Gutierrez, que tomou parte numa revolta indígena, assumiu o cargo em 15 de janeiro depois de ser eleito presidente.

Ignacio Ramonet também retomou o conceito de “ecologia da informação”, lançado no ano passado no segundo Fórum Social Mundial. É preciso “que os jornalistas ajam conforme a sua consciência e não em função dos interesses daqueles que os empregam”, afirmou. É preciso exigir “mais ética”, o respeito à verdade e a regras deontológicas.

Uma agenda social

Sally Burch, diretora da Agência Latino-Americana de Informação (Alai), com sede em Quito, no Equador, avaliou que o principal desafio consiste em “desenvolver uma agenda social de comunicação”, considerando a comunicação como “um direito humano fundamental e estratégico”. Para ela, a luta pela

democratização da comunicação é uma das lutas chaves do novo milênio e deve figurar na agenda dos movimentos sociais.

Desenvolver uma agenda social de comunicação passa por um conjunto de eixos que dizem respeito a diversos setores, afirmou Sally Burch. “Essa agenda deve levar em conta a necessidade de lutar contra a concentração dos meios de comunicação, pelo estabelecimento de políticas públicas de comunicação, de políticas de participação dos cidadãos nos processos de comunicação e na defesa de uma informação independente”, propôs.

É preciso também, prosseguiu Sally Burch, cuidar para que os meios de comunicação façam o seu trabalho como “um serviço social”, contribuir para que os indivíduos se-



Ramonet: “a grande mídia se uniu ao poder para oprimir os povos”



jam considerados como cidadãos e não como “consumidores dos meios de comunicação”, rejeitar a imagem sexista e combater “a falta de visibilidade das mulheres como protagonistas e figuras de opinião”.

Sally Burch manifestou a sua preocupação sobre como será a atitude dos poderes em relação a várias questões da atualidade. Ela avalia que a maneira como o problema da segurança dos dados se apresenta hoje nos Estados Unidos co-

loca em risco a segurança dos cidadãos. Segundo ela, a atitude do governo norte-americano mostra que a tecnologia, que pode facilitar a emancipação dos agentes sociais, também pode favorecer o autoritarismo.

“Inimigos fictícios”

A filipina Susanna Georges falou sobre o papel dos “meios de comunicação globais” em diversas situações. Estigmatizou a “homogeneização das culturas”

e a “criação de grandes inimigos fictícios”. Insurgiu-se contra o fato de que a televisão não mostrou as milhares de vítimas afegãs do ataque norte-americano de 10 de outubro de 2001, como mostrou a dor das famílias americanas depois dos atentados de 11 de setembro do mesmo ano em Washington e Nova York.

Também denunciou “a banalização do militarismo e da violência” através dos “matadores heróis”, que fazem parte da programação diária dos meios de comunicação. Além disso, condenou o que considera “uma crescente aliança entre as multinacionais da comunicação e as Nações Unidas”.

Esta aliança se explica, segundo Susanna Georges, pelo fato de que a organização mundial aceitou, em várias ocasiões, financiamento de multinacionais, como a *Time Warner*, que lhe fez a doação de 10 milhões de dólares. Susanna Georges conclui que os meios de comunicação “têm interesse na governância global” e sugere “uma ampla resistência” e a crítica às “idéias recebidas”.

Escrever a história

Na mesma linha, o jornalista Eugênio Bucci, presidente da Radiobrás, se posicionou em relação às multinacionais da comunicação, que são, segundo ele, “incompatíveis com a democracia e a informação”. Hoje, afirmou, além de “fabricar a mercadoria, as multinacionais também fabricam a imagem da mercadoria”, “além de reproduzir o capital, também fabricam a representação do capital”.

“Tudo se torna imagem e espetáculo”, critica Eugênio Bucci, que resalta que “o jornalismo foi absorvido pelo show business”. “Não se percebe que as pessoas se tornam mercadorias”, prosseguiu. Para Eugênio Bucci, até a guerra é transformada em espetáculo. Fazendo alusão aos atentados de 11 de setembro e seu tratamento pelos meios de comunicação globais, o especialista brasileiro comentou: “É no olhar que a guerra começa.”

Por fim, Eugênio Bucci se pronunciou pela construção e pelo reforço de instrumentos públicos de informação e de comunicação, visando a expansão do direito à informação e “para que os cidadãos possam ter condições de escrever a história antes que o mercado a escreva em seu lugar”.



Um golpe de Estado preparado pela mídia

Os meios de comunicação privados da Venezuela criaram as condições para o golpe de Estado de 11 de abril de 2002 contra o presidente constitucional Hugo Chavez, fabricaram o pretexto para que ele fosse concretizado sobretudo na televisão e promoveram o governo golpista. Chegaram inclusive a ocupar alguns de seus cargos, denunciaram e lincharam pessoas consideradas simpatizantes do presidente, e impuseram um *black-out* quando a população se revoltou.

A denúncia foi feita numa audiência pública sobre os meios de comunicação privados da Venezuela realizada no dia 27 de janeiro em Porto Alegre, no terceiro Fórum Social Mundial. A iniciativa da audiência pública foi do Observatório Internacional dos Meios de Comunicação (Media Watch Global), lançado durante o evento.

Um júri de especialistas internacionais da comunicação, formado por Naomi Klein (Canadá), Daniel Hertz (Brasil), Gianni Mina (Itália), Tariq Ali (Paquistão) e Steve Rendall (Estados Unidos), e presidido pelo Prêmio Nobel da Paz Adolfo Perez Esquivel (Argentina) e por Walden Bello (Filipinas), membro do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial, ouviu e interrogou seis testemunhas.

Depois de uma introdução histórica dos professores Earle Herrera e Luiz Brito Garcia, da Venezuela, as testemunhas, apoiando-se em projeções de vídeo, descreveram a atuação da mídia venezuelana privada contra o presidente Hugo Chavez. Andres Izarra, ex-diretor de informação do canal RCTV, contou como foi demitido em pleno golpe de Estado devido à decisão do seu canal de censurar qualquer declaração e imagem do presidente Chavez.

As outras testemunhas explicaram como, depois de restabelecida a democracia, os mesmos meios de comunicação privados continuam conspirando mediante a manipulação subliminar, a incitação ao ódio social e racial, a propaganda de guerra, o apelo contínuo para que as instituições democráticas sejam ignoradas e o governo constitucional seja derubado outra vez. O dirigente rural Bráulio Álvarez detalhou como os meios de comunicação identificam os trabalhadores do campo com os terroristas e invasores para justificar a



Emerson Gonçalves

Blanca Eekhout, diretora da Catia TVE, televisão comunitária da Venezuela

repressão aos beneficiários da nova Lei das Terras.

Uma representante dos índios denunciou que as rádios e televisões privadas difamam os indígenas a todo momento, tratando-os como “animais” pagos com “laranjas e bananas” pelo presidente Chavez. Blanca Eekhout, diretora da Catia TVE, uma das televisões comunitárias mais importantes da Venezuela, relatou a denúncia da rede afro-americana da Venezuela das campanhas racistas permanentes dos meios de comunicação privados. Em nome da Associação Nacional dos Meios Comunitários, Alternativos e Livres, Gabriela Fuentes explicou que a delação por esses meios de comunicação privados daqueles “que usam câmaras em miniatura” resultou em agressões aos jornalistas das comunidades populares.

Como exemplo de falta de profissionalismo, Ignacio Ramonet, diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*, contou o caso de uma falsa entrevista na qual teria criticado duramente o presidente Chavez, publicada pelo jornal de oposição *El Nacional*. Para Gabriel Prioli, da TV Educativa de São Paulo, o comportamento dos meios de comunicação privados na Venezuela é motivo de vergonha para todos os jornalistas



Emerson Gonçalves

Daniel Hertz, do Conselho Nacional de Comunicação Social e da Fenaj

não só da América Latina como do resto do mundo. Gianni Mina, jornalista italiano, criticou a pressão que é feita contra a Venezuela pelos meios de comunicação no plano internacional.

No final da audiência, cada jurado formulou suas observações e recomendações. O escritor paquistanês Tariq Ali, que vive exilado há muitos anos na Inglaterra, disse que o monopólio dos meios de comunicação na Venezuela é politicamente corrup-

to e deve ser cassado. Segundo Naomi Klein, as Ongs que defendem os direitos humanos se concentram muito nas restrições impostas pelo Estado e deveriam ocupar-se mais com a concentração cada vez maior dos meios de comunicação nas mãos de grupos multinacionais.

Steve Rendall, da poderosa organização norte-americana Fair (*Fairness and Accuracy in Reporting*), opôs-se ao fechamento de canais, mas recomendou que medidas sejam tomadas contra os meios de comunicação que apoiam golpes de Estado e a violência, como faria qualquer país. “Nenhum ataque contra a imprensa deve ser tolerado, o que significa que é preciso ouvir também as denúncias dos meios de comunicação comunitários”, declarou.

Com os outros jurados, Rendall sugeriu que a investigação continue em abril em Caracas e alguns já manifestaram sua intenção de manter contato com donos e diretores de mídias comerciais para entender melhor como esses fatos puderam acontecer. Daniel Hertz, do Conselho Nacional de Comunicação Social e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), acentuou a necessidade de um controle público sobre os meios de comunicação e do reforço paralelo de um setor de meios de comunicação comunitários.

Interesses internacionais

Os dois principais veículos internacionais que agridem o governo do presidente Hugo Chavez, da Venezuela, são a rede CNN (*Cable News Network*) e o jornal espanhol *El País*. A denúncia foi feita pelo jornalista Heinz Dieterich Steffan e publicada no site alternativo espanhol *Rebelión* (www.rebelion.es).

Steffan escreve que três anos de guerra de informação do canal de televisão CNN, dos Estados Unidos, e do jornal espanhol *El País* contra o governo constitucional de Hugo Chavez obrigam a indagar sobre os motivos dessa agressão constante da mídia. Em sua matéria, Steffan pergunta como se explica a atitude antiética desses dois grandes veículos contra um dos governos mais democráticos da América Latina.

“A resposta se encontra na rede



Fórum Social Mundial

Um observatório mundial da mídia

de negócios econômicos e políticos do neocolonialismo espanhol, do neoliberalismo norte-americano e de algumas oligarquias latino-americanas”, observa Steffan. “Estão em cena o magnata venezuelano Gustavo Cisneros, o ex-presidente social-democrata venezuelano Carlos Andres Perez, o ex-primeiro-ministro espanhol Felipe González, o atual primeiro-ministro espanhol José Maria Aznar, o magnata Jesus de Polanco, o ex-presidente argentino Carlos Saúl Menem e a elite política dos Estados Unidos, sobretudo a dinastia Bush.”

Segundo Steffan, a vertente da rede foi montada nos anos 70, quando Felipe González era secretário geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e Carlos Andres Perez presidente da Venezuela, de 1974 a 1979. Os dois faziam parte da Internacional Socialista e logo “fizeram uma grande amizade, à qual se juntou o importante homem de negócios Gustavo Cisneros, que ajudou o socialista espanhol com suas muitas relações internacionais e sua riqueza”, afirma Heinz Dieterich Steffan.

Já a agressão prolongada na mídia multinacional da CNN ao governo venezuelano se deve a quatro fatores, na opinião de Steffan: “os interesses e as redes econômicas, políticas e acadêmicas internacionais do magnata anti-chavista Gustavo Cisneros e de outros membros da oligarquia venezuelana, como o ex-presidente da PDVSA (a empresa pública venezuelana de petróleo), Luis Giusti, que em 1998 quis privatizar a empresa e hoje é assessor sobre questões energéticas do presidente George W. Bush; a venda da CNN à transnacional Time Warner, Inc., em 1996, e a fusão posterior com a America Online (AOL), em 2001; a subordinação incondicional da CNN ao projeto da nova ordem mundial de George W. Bush, Donald Rumsfeld e Dick Cheney, depois de 11 de setembro; e a situação deplorável de seus jornalistas, moderadores e comentaristas”.

“São muitos os negócios da economia global que não resultam de uma melhor posição de competitividade no mercado, mas são efeito da integração da elite econômica a redes informais do poder e tráfico de influências”, afirma Steffan. “É nesse aspecto que o poder do Grupo Cisneros é temível e permite que ele influencie a política nacional e internacional”.

Um dos eventos principais do terceiro Fórum Social Mundial foi o lançamento, dia 27 de janeiro, do Observatório Global dos Meios de Comunicação (Media Watch Global, em inglês). O objetivo da nova organização internacional é produzir e comunicar informação, e promover e garantir o direito à informação dos cidadãos em todos os países do mundo. O presidente da nova entidade é o jornalista Ignacio Ramonet, diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique*.

O Observatório Global terá a sua sede em Paris e deverá reunir associações e pessoas do setor jornalístico, universitário e associativo. A sua carta de princípios, que foi lida na presença de mais de 400 pessoas no Anfiteatro da PUC do Rio Grande do Sul, entre as quais muitos jornalistas, convoca todos os cidadãos a lutar pelo respeito à ética jornalística em nível nacional e internacional e contra a manipulação da informação.

A carta de princípios destaca que a entidade “expressa a preocupação de todos os cidadãos diante do poder e da arrogância dos gigantes da comunicação”. Analisando que “a honestidade e o profissionalismo jornalísticos se encontram em queda livre”, a organização se propõe a examinar “a construção do conteúdo das notícias, assinalando todas as distorções e manipulações que possam ser feitas: encobrimento da informação, desprezo da ética e da honestidade, distorção dos fatos, invenção de realidades falsas, difusão de propaganda”.

Segundo Ramonet, a proposta da nova organização é analisar as causas

estruturais da desinformação e a maneira como a informação é produzida. “O Observatório Global dos Meios de Comunicação quer ser solidário com os jornalistas independentes e sua vontade de valorizar o equilíbrio e a diversidade da informação”, afirmou o jornalista francês.

O resultado que se pretende obter com o Observatório Global dos Meios de Comunicação é a formação de um “poder civil”, que se oponha ao poder dominante, explicou Ramonet. A novidade dessa estrutura está, segundo ele, no fato de que ela permite a coabitação entre jornalistas, pesquisadores e representantes de outros setores.

O jornalista Roberto Savio, da agência italiana Inter Press Service (IPS) e secretário geral da nova organização, afirmou que o Observatório vem apoiar profissionais da informação contra “a interferência dos donos dos meios de comunicação”, visando a liberdade de exercício da profissão de jornalista.

Muitos participantes do terceiro Fórum Social Mundial aplaudiram a criação da nova estrutura. Representantes de várias redes de observação, sobretudo dos Estados Unidos, da Itália e da Venezuela, afirmaram a sua intenção de



Beth Costa, presidente da Fenaj, participou do lançamento do Observatório Global da Mídia

colaborar com o Observatório Global. Porém, alguns deles acharam que o campo de intervenção desse organismo não deve limitar-se à informação, mas deve abranger toda a produção dos meios de comunicação.

Alguns representantes dos países do terceiro mundo sugeriram que a ação do Observatório não se limite à luta contra o controle das multinacionais sobre a informação e lembraram os entraves políticos à liberdade de expressão em muitos países do hemisfério sul.

Dois brasileiros fazem parte do Conselho de Administração do Media Watch Global. O advogado Joaquim Palhares, de Porto Alegre, é um de seus vice-presidentes, e o jornalista Carlos Tibúrcio, de São Paulo, é o seu secretário-geral adjunto. A jornalista Beth Costa, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), também participou da mesa-redonda de lançamento.

Memória

Morrem Lourival Curvelo e Fernando Câmara



Arquivo Extra Pauta

Faleceu no dia 16 de fevereiro, aos 50 anos, em consequência de complicações decorrentes de um transplante de fígado, o jornalista Lourival Souza Curvelo (foto), coordenador de reportagem da Tevé Paranaense/Canal 12, emissora da

Rede Paranaense de Comunicação (RPC). Natural de Poções (BA), Curvelo era filho de Manoel José Curvelo e Anália Souza Curvelo. Ingressou na Rede Paranaense em junho de 1989 como produtor, passou a chefe de produção e chefe de reportagem. Trabalhou como repórter na CNT e como editor na rádio Educativa. Deixa viúva Vanderluiza Santos e três filhos, sendo uma do primeiro casamento. O corpo foi sepultado dia 17 de fevereiro no Cemitério Parque Iguçu.

O jornalista Fernando Câmara, 38 anos, morreu às 6h da manhã do dia 24

de março, vítima de derrame cerebral. Câmara estava internado desde o dia 22 no Hospital Santa Casa Monsenhor Guilherme. Fernando Câmara trabalhava há 11 anos como produtor na TV Cataratas, afiliada da Globo. Formado pela UniSinos (RS), trabalhou também no jornal O Mensageiro, de Medianeira (PR), na sucursal de O Estado do Paraná em Foz do Iguaçu, e foi repórter da TV Naipi (SBT). Era muito respeitado e colecionou inúmeros elogios de seus colegas de profissão, principalmente pela exemplar conduta profissional e pessoal.



memórias da mídia

Newseum, um museu interativo

Emildo Coutinho

Único museu da notícia interativo do mundo, o Newseum (junção das palavras inglesas *news* e *museum*) é um ponto de parada obrigatório para todos os profissionais de comunicação ou simpatizantes que visitam a costa leste dos Estados Unidos. Fundado pelo The Freedom Forum - entidade internacional não-partidária dedicada à liberdade de imprensa - está localizado na cidade de Arlington, no estado da Virgínia, região que faz parte da área metropolitana de Washington D.C.

Com o slogan “a história atrás da notícia”, a instituição tem como objetivo ajudar público e mídia a entenderem melhor um ao outro através de exposições, programas educacionais e outras atividades. “Neste sentido, mostramos ao público o que é, onde achamos e como são feitas as notícias veiculadas por jornal, revista, televisão e rádio”, diz Margareth Engel, jornalista da equipe do museu.

Para isso, o Newseum traça a evolução do ato de comunicar-se desde tempos ancestrais, passando pelo Egito antigo, até a tecnologia da comunicação global dos dias atuais. Para contar essa história, são exibidos artefatos, objetos, jornais históricos, revistas, fotografias, notícias de rádio e imagem, muita imagem.

A parte interativa consiste na possibilidade de o visitante ter a experiência de ser um âncora ou correspondente de TV em imagem gravada num vídeo de 5 minutos que pode ser comprado a US\$ 7,00. Quanto ao jornalismo impresso, pode-se testar habilidades como repórter de jornal, repórter fotográfico ou editor através de programa de computador que possibilita ao visitante ser um membro da equipe do jornal ficcional *The Daily Miracle*. Nessa seção do museu há o Ethics Center. Desta vez, o visitante pode explorar um drama mais complexo enfrentado por jornalistas: a questão da ética. Há, ainda, a oportunidade de participar de programas que são gravados com jornalistas e outros profissionais de comunicação em estúdio instalado dentro do museu.

Os primórdios da notícia

A visita ao museu se inicia pela Early News Gallery, algo assim como “Galeria das Primeiras Notícias”. Nesta seção estão os artefatos usados pelo homem para comunicar-se antes do advento da impressão. São tambores, buzinas, berran-

tes e outros objetos utilizados para emitir som. As notícias eram avisos de perigo, onde encontrar comida, divulgar ordens de chefes tribais, avisos de guerra ou paz, nascimento ou morte. Entre os objetos dessa primeira galeria se encontra uma rocha com pintura rupestre descoberta no norte da África. Feita por volta de 4000 a.C., mostra o que seria a forma mais antiga de trocar notícias: conversando. Gravada na rocha, pode-se ver a imagem de duas pessoas sentadas. Enquanto uma fala e gesticula, a outra parece ouvir com atenção.

A parte da notícia escrita começa pelos sumérios, que em algum período durante o quarto milênio antes de Cristo, onde hoje se encontra o Iraque, começaram a gravar símbolos em blocos de barro. As infor-



Emildo Coutinho

Newseum, um ponto de parada obrigatório



mações eram vitórias militares, editais e acontecimentos diários, como nascimentos, mortes e pagamentos de dívidas. Desse período, encontra-se no Newseum uma pedra de argila na qual, por volta de 2100 a.C., foi gravada a notícia “sua adorável mulher teve um filho”.

Em seguida, vem a seção do Egito antigo, que adotou a idéia dos sumérios e desenvolveu os hieróglifos, criando com isso uma classe privilegiada: os escribas. Nessa seção, pode-se apreciar pedaços de papiros contendo a escrita egípcia e uma estátua de Thoth, o deus dos escribas.

Após informações sobre o sistema de impressão usando blocos de madeira esculpidos que eram pressionados sobre papel - criado pelos

chineses - e, mais tarde, a invenção dos tipos móveis de chumbo por Johann Gutenberg, passando pela escrita mais pré-colombiana, chegamos à News History Gallery, onde se pode contemplar mais de 500 anos de história.

A aventura da notícia

A News History Gallery começa com Cristóvão Colombo escrevendo sobre sua viagem ao Novo Mundo e chega até nossa época, onde recebemos notícias através de material impresso, rádio, televisão e Internet. Faz parte dessa galeria uma coleção inigualável de jornais antigos originais e, novamente, raros artefatos e objetos pertencentes a repórteres que fizeram a história da notícia. Entre eles podemos contemplar uma impressora de madeira do século 17,

contendo os tipos móveis, e um vídeo mostrando seu funcionamento utilizando personagens com figurino da época.

Para os apaixonados por reportagem, talvez essa seja a parte mais atraente do Newseum. Nela, encontramos algumas curiosidades, como informações sobre a primeira mulher contratada como repórter por um jornal diário norte-americano. Trata-se de Margaret Fuller (1810-1850), que posteriormente também seria a primeira correspondente feminina na Europa. Na volta para os Estados Unidos, seu navio naufraga, morrendo com ela seu marido e filho. Outra jovem repórter, Nellie Bly (1864-1922), dá a volta ao mundo em 72 dias, quebrando o record da personagem de Júlio Verne em “A Volta ao Mundo em 80 Dias”. Entre os fotógrafos, encontramos George Watson (1892-1977), que se destacou por sua excentricidade ao fotografar astros de Hollywood para o *The Los Angeles Times* na década de 20.

Além das exposições permanentes, o museu promove outras temporadas com temas diversos. A última realizada, “Histórias de Guerra”, mostrou um vasto material sobre jornalismo em épocas de conflito. Entre os objetos expostos, uma porta de carro perfurada com balas de aço mostrou um pouco do drama vivido pelo repórter fotográfico Chris Morris quando na Bósnia a serviço da *Time*. Acompanha as exposições programa gratuito e aberto ao público no qual se discute o tema abordado. Para este último, foram convidados vários repórteres e fotógrafos correspondentes de guerra para falar sobre suas experiências.

Serviço

Newseum (1101 Wilson Blvd, Arlington, VA/www.newseum.org)

Graduado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Emildo Coutinho, 33 anos, se autodefine como um eterno apaixonado pela profissão. “Paixão ou vício, uma vez que me disseram que jornalismo é uma ‘cachaça’”. diz ele. Passou por várias redações no Paraná, mas a única coisa que lembra com grande satisfação são várias grandes reportagens que fez como freelancer para a Folha do Paraná - muitas capas do Caderno 2 - onde, segundo ele, pôde exercer plenamente suas habilidades. Atualmente residindo em Washington D.C., Emildo trabalha como repórter fotográfico freelancer enquanto estuda inglês acadêmico para dar início a um mestrado em comunicação na American University.



Liberdade de imprensa

Jornalista da Gazeta do Povo é agredido na Prefeitura de Farol

O jornalista Dilmércio Daleffe, correspondente da Gazeta do Povo em Campo Mourão, foi agredido no dia 25 de fevereiro depois de uma entrevista que fez com o prefeito da cidade de Farol, Edson Martins (PSDB), sobre a contratação de parentes na administração da cidade, que fica perto de Campo Mourão. Dilmércio recebeu um soco de Nildo Martins, irmão do prefeito e seu chefe de gabinete.

Dilmércio tentou entrevistar por telefone o prefeito de Farol sobre denúncia de nepotismo na administração do município. Edson Martins respondeu que só falaria se o repórter se deslocasse até a sua cidade. Dilmércio foi a Farol e a entrevista, que durou cerca de uma hora, transcorreu normalmente. Quando ia se despedir, o prefeito disse ao repórter que vereadores da cidade queriam falar com ele sobre uma matéria que havia escrito sobre a Câmara Municipal da cidade. Há alguns meses atrás, Dilmércio redigiu matéria denunciando que os vereadores de Farol não haviam apresentado nenhum projeto de lei nos últimos anos.

Entraram na sala do prefeito doze pessoas, entre as quais Nildo Martins, chefe de gabinete da prefeitura, que colocaram um banco na porta, impedindo que o correspondente da Gazeta do Povo pudesse sair. Então Nildo Martins, que foi policial em São Paulo, começou a agredir verbalmente o jornalista. Dilmércio tentou sair, quando recebeu um soco do chefe de gabinete do prefeito de Farol.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná publicou uma nota de repúdio à agressão que Dilmércio sofreu na Prefeitura de Farol e tomou providências para que os responsáveis



sejam punidos. A Gazeta do Povo colocou seu Departamento Jurídico à disposição do seu correspondente em Campo Mourão.

Há quatro meses atrás, outro jornalista, Sid Fauer, repórter da Folha de Londrina em Campo Mourão, também

foi agredido verbalmente por Nildo Martins. Sid recebeu a denúncia de que o prefeito havia aplicado um duro castigo a um funcionário do almoxarifado da prefeitura de Farol. Sid foi conferir a denúncia e, assim que entrou na cidade, começou a ser agredido verbal-

mente pelo irmão do prefeito de Farol. Nildo Martins tentou intimidar o repórter da Folha de Londrina, dizendo que "tomasse cuidado" com o que ia publicar.

Outro lado

Ouvido pelo Extra Pauta, o prefeito de Farol afirmou: "Não vi nada. Na minha frente não aconteceu nada. Em nosso gabinete tratamos bem até os que falam mal da cidade. Se houve agressão não foi dentro da Prefeitura."

NOTA DE REPÚDIO

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná - Sindijor/PR e a Federação Nacional dos Jornalistas - FENAJ repudiam a agressão praticada pelo prefeito de Farol (PR), Edson Martins (PSDB), e pelo seu irmão Nildo Martins, contra o jornalista Dilmércio Daleffe. A atitude representa um atentado à liberdade de imprensa, na medida em que tenta cercear o livre exercício da profissão de jornalista, garantido pela Constituição e pela Lei de Imprensa. A democracia também é desonrada quando ocupantes de cargos públicos abandonam a civilidade e o respeito ao ser humano e adotam a agressão física para coagir e atingir objetivos políticos.

O Sindijor/PR levará o caso a todos os Poderes, instâncias e esferas competentes para que esse crime seja apurado e os culpados, punidos. A entidade pede às autoridades rigor na apuração desse grave crime contra o jornalista Dilmércio Daleffe, contra a liberdade de imprensa e contra a democracia.

Assembléia Geral da Cootipar

A Cooperativa dos Trabalhadores na Imprensa do Paraná - Cootipar, convoca todos os seus membros cooperados para a Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se na sexta-feira, dia 25 de abril de 2003, em sua sede à rua José Loureiro, 211, Curitiba, Paraná. A primeira convocação será feita às 14:00 horas, com dois terços (2/3) dos membros; não havendo quorum, a segunda convocação ocorrerá às 15:00 horas, com o com-

parecimento de metade mais um de seus membros; se ainda assim não houver quorum, será feita uma terceira convocação, às 16:00 horas, com dez (10) cooperados presentes. A Assembléia Geral Extraordinária obedecerá à seguinte Ordem do Dia:

1 - Discussão e aprovação da ata da Assembléia anterior;

2 - Alteração do artigo 28 dos Estatutos (Extinção do Conselho de Administração);

3 - Alteração do período de gestão da Diretoria, de dois (02) para cinco (05) anos;

4 - Desligamento de cooperados inadimplentes

5 - Eleição da nova Diretoria;

6 - Assuntos diversos.

Curitiba, 06 de março de 2003

A Diretoria



Delegacia de Foz do Iguaçu

Importante passo dos jornalistas em Foz

Alexandre Palmar

O manifesto do 7 de abril marcou um importante passo do jornalismo em Foz do Iguaçu. Profissionais e estudantes aproveitaram a data para ocupar a Praça das Nações, colégios e para ser notícia na mídia. O objetivo foi nasce uma bandeira que nasce na categoria, mas atinge todo o Brasil: a qualidade de informação, respeito à sociedade e ética.

Foram realizados debates e distribuídos seis mil panfletos, que provocaram secundaristas e população a não aceitarem o pensamento único, a sempre buscar mais de uma fonte de informação e, principalmente, a diferenciar jornalistas de supostos jornalistas e a separar jornalistas de donos de veículo de comunicação. O segundo momento desse trabalho é a montagem de clubes de leitura alternativa e crítica.



Christian Rizzi

Foz do Iguaçu participa da luta a favor do diploma

O ato foi organizado pela Delegacia de Foz e Região do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, em parceria com um grupo de dez jornalistas voluntários e do Centro Acadêmico de Jor-

nalismo da UDC. A concentração aconteceu às 18 horas, com discurso pró- formação superior e duas apresentações teatrais, uma da Cia. de Teatro Foz e outra do Grupo Amadeus.

Durante o dia, o ato público contou com as exposições “A língua do fotógrafo e olhar do poeta” (sete fotojornalistas retratam o cotidiano de Foz), “Retratos da fronteira” (Fabrício Azambuja), “Índio” (Áurea Cunha), “Passagem para a África” (Dalmont Benites) e fotos produzidas por estudantes de jornalismo. Também teve mostra sobre o histórico da regulamentação, painel contra o ataque dos EUA ao Iraque, banca de livros e mostra de poesias de Carlos Luz.

O movimento colheu adesões para o abaixo-assinado que reivindica a formação superior em jornalismo como condição mínima para o jornalismo e contou com ampla cobertura da imprensa local e estadual. Para os organizadores, o resultado foi positivo porque a delegacia local sempre empunhou bandeiras da sociedade, mas desta vez saiu às ruas para levantar uma causa ao lado do povo, sendo bem recebida pela comunidade.

Estágio é fiscalizado

A Delegacia de Foz do Iguaçu e Região do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná está notificando as empresas de comunicação e órgãos públicos da cidade que estiverem contratando estudantes de comunicação como estagiários. Atualmente, vários acadêmicos, de diferentes períodos, estão trabalhando ilegalmente em jornais, assessorias, emissoras de rádio e televisão a cabo. A prática estudantil fere o Decreto 83284, de 1979, que regulamentou o exercício da profissão.

Segundo o artigo 19, “constitui fraude a prestação de serviços profissionais gratuitos, ou com pagamentos simbólicos, sob pretexto de estágio, bolsa de complementação, convênio ou qualquer outra modalidade, em desrespeito à legislação trabalhista e a este regulamento”.

Além da afronta à legislação, outro grave problema identificado foi a falta de acompanhamento de profissionais no trabalho dos estagiários. O que era para ser um período de aprendizado fora da sala de aula acaba constituindo-se – na maioria dos casos – no repasse de vícios das redações.

A ilegalidade tem outros reflexos. Os estudantes recebem remuneração inferior a meio piso salarial, trabalham muitas vezes numa jornada superior às cinco horas da categoria e assinam matérias como free lancer, sem dizer que, des-

ta forma, as empresas ficam isentas de pagar encargos trabalhistas.

As empresas dispensam seus repórteres para não pagar horas extras e ao mesmo tempo contratam a mão-de-obra barata. Fica claro o desrespeito à categoria (hoje nove profissionais estão desempregados na cidade).

Pior, essa prática está invertendo a lógica do aprendizado em jornalismo: primeiro é preciso buscar a formação teórica, depois a prática. A realidade revela acadêmicos do primeiro período – com base teórica quase inexistente – já trabalhando em redações.

Proposta

Diante desse problema, a Delegacia resgatou a proposta do Instituto Paranaense de Estudos em Jornalismo (IPEJ) para regulamentação do estágio. O documento é fruto de discussões da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) e sindicatos.

Entre os critérios para o estágio está a necessidade de o estudante ter concluído o terceiro ano ou sexto período. Ou seja, por enquanto os alunos de instituições locais não podem usufruir da proposta. Por causa dessa barreira, será promovida uma assembléia entre alunos, professores e sindicato.

Acervo permite intercâmbio

A Delegacia começou a montar um acervo de livros, revistas e outras publicações relacionadas à mídia e assuntos correlatos para consulta dos seus associados. A iniciativa, ainda tímida, está longe de tornar-se uma biblioteca, porém nasce com a perspectiva de ser uma alternativa a mais no intercâmbio de pensamentos e indicações de leituras entre os associados.

Por enquanto, o número de títulos é pequeno. A entidade está aberta a doações. O acervo inclui ainda livros sobre política, história e economia, e cópias encadernadas de títulos sobre teoria da comunicação.

A Delegacia conseguiu, emprestado, um acervo de quase 300 edições da revista *Imprensa, Comunicação, Jornal dos Jornais*, entre outras publicações de interesse da categoria, como a *Caros Amigos* (coleção completa, inclusive edições especiais), *Carta Capital*, *Reportagens e Debate Sindical*.

Entre os livros comprados recentemente estão à disposição *Arte de fazer um jornal diário*, Ricardo Noblat; *Histórias das teorias da comunicação*, Armand Mattelart; *Comunicação de massa sem massa*, Sérgio Caparelli;

Jornalismo e desinformação, Leão Serva; *Jornalismo ética e liberdade*, Francisco José Karam; *Ética na comunicação*, Clóvis de Barros Filho; *Notícia*, um produto à venda, Cremilda de Araújo Medina; *Texto da reportagem impressa*, Oswaldo Coimbra; *Técnicas de codificação em jornalismo*, Mário Erbolato; *Manual de radiojornalismo* Jovem Pan, Maria Elisa.

Os livros doados ao Sindicato: *Manual de Imprensa do Estatuto da Criança*, escrito por Ivanéa Maria Pastoreli; *O Jornalista Brasília*, de Adísia Sá (relata a história da Fenaj e dos jornalistas no Brasil); Em outras palavras - Meio ambiente para jornalistas, de Teresa Urban; *Pauta Geral* (análise da mídia), vários autores; *Formação superior em jornalismo - Uma exigência que interessa à sociedade*, Fenaj.

Entre os títulos sobre assessoria de imprensa, aparecem *Manual dos Jornalistas em Assessoria de Comunicação*, Fenaj; *Assessoria de imprensa - O papel do assessor*, diversos autores; *A imprensa do Brasil*, Fenaj; *Fonte* (sobre encontros nacionais dos jornalistas de assessoria de imprensa).



Internet

Calote "on line"

Em um momento tão difícil da economia nacional, os jornalistas buscam fontes para complementar sua renda. Muitos deles, inclusive, dispensados das redações por conta de um "controle de custos", têm nos trabalhos freelancers sua única fonte de renda. Entretanto, ao mesmo tempo que a necessidade aumenta, também cresce uma triste incidência: o calote.

Um exemplo disso ocorreu com o jornalista Emerson Gonçalves. Dispensado no mês de maio pela revista *Móvil*, onde trabalhou por dois anos, ele começou a fazer frilas. "Por um lado é legal, porque há meses em que você tira mais do que se trabalhasse com carteira assinada. Por outro, não dá nem para o cafezinho. É bem sazonal", comenta Gonçalves.

Contudo, o profissional passou por uma situação complicada ao iniciar um frila para a recém-criada agência de notícias de Londrina, PRPress. "Tinha boas referências deles. Uma agência montada por jornalistas e administrada por eles. Achava que seria uma experiência boa", destacou. Todo o acerto e contato para envio das matérias foi feito com o também jornalista Alexandre Horner.



Para atendê-los da melhor forma, Emerson Gonçalves disponibilizou uma linha telefônica exclusiva, bem como um horário específico, das 13h30 às 18h30. "Era regime de redação mesmo. No início da tarde trocávamos e-mails com sugestões de pautas e 'pau na mula'. Confesso que gostava do pique e da correria e de

ver o material no site, principalmente as especiais como a que fizemos sobre o primeiro ano dos atentados de 11 de setembro", comenta.

Em 32 dias, Gonçalves produziu 58 matérias, algumas delas especiais, e 14 fotos. Na hora de receber pelo trabalho começou seu drama. "Você ligava para os caras

e lhe diziam que os jornais não haviam depositado ainda". A situação começou a se arrastar e o profissional interrompeu os trabalhos. "Liguei, mandei e-mails pedindo para que eles me mandassem pelo menos o dinheiro das despesas com o telefone e o fotógrafo, contudo nem isso os caras pagaram". Emerson Gonçalves comenta que tirou do próprio bolso para pagar as fotos feitas para a agência.

Com a ajuda do Sindicato dos Jornalistas, tentou uma negociação amigável junto da DRT. Na reunião, o mediador do Ministério do Trabalho chegou a ligar para Alexandre Horner, que se comprometeu a fazer o depósito até o dia 15 de novembro do ano passado, o que não ocorreu. Orientado pelo departamento jurídico do sindicato, Emerson Gonçalves entrou com uma ação

judicial, tomando a tabela freelancer do sindicato como base para a cobrança de seus honorários.

Recentemente, ele descobriu que outros profissionais passaram pelo mesmo problema. "Espero sinceramente que outros colegas não enfrentem a mesma situação. A frustração é muito grande", lamenta.

Televisão pública

TV Educativa tem nova programação

A Televisão e a Rádio Educativa do Paraná estão com nova programação jornalística desde o dia 10 de março. Na Rádio entrou no ar o "Jornal da Educativa", das 7h às 7h30, e na TV o "Minuto de Notícia" e o "Serviço". A nova programação pretende se adequar às características de uma televisão pública. "A nossa filosofia está voltada para a educação e a promoção da cidadania", explica Berenice Mendes, presidente da Rádio e da Televisão Educativa do Paraná.

As mudanças começaram com o jornalismo, mas vão se estender a toda a programação da emissora. "Nosso compromisso é a prestação de serviços públicos de educação, cultura, informação e entretenimento como alternativa à programação das tevês comerciais", diz Lu Rufalco, diretora de programação da TV Educativa. Dentro dessa filosofia

está o "Serviço", um boletim que entra no ar no intervalo da programação. O conteúdo é sempre de orientação ao cidadão.

"O jornalismo público resgata o papel social da televisão, que é contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população", afirma Fernanda Rocha, diretora de jornalismo da TV Educativa. Ainda segundo ela, esse processo começa na escolha da equipe, pois numa tv pública o jornalista deve ter uma visão mais crítica e aprofundada da notícia.

"Para completar essa mudança é preciso conscientizar o telespectador, que também é dono da tv pública. Aqui ele tem espaço para manifestar suas idéias, tirar dúvidas, conhecer seus direitos, saber dos deveres do estado e das decisões governamentais que afetam sua vida", afirma Fernanda.

A equipe de jornalismo está completa, com 21 profissionais escolhidos de acordo com a experiência profissional e a afinidade com a nova proposta da emissora. "Procuramos formar uma equipe conhecida e ao mesmo tempo respeitada. Vamos priorizar o conteúdo e não só a estética. Isso vale para os profissionais e também para os programas", observa Fernanda Rocha.

Já nas Rádios Educativa AM e FM toda a programação foi reestruturada e as emissoras só transmitem em cadeia o jornal das 7h às 7h30. No restante do dia, as programações são independentes, intercaladas com notícias. "A visão da rádio é a mesma da TV, focalizando no assunto e não nas pessoas", conta Rodrigo Leite, que ancora o jornal. O noticiário traz informações do dia, política, esportes e cultura.



Rádio corredor

O advogado e jornalista Roberto Requião assumiu o governo do Estado no dia 1º de janeiro em solenidade na Assembléia Legislativa do Paraná. O seu mandato irá até o final de dezembro de 2006.

Como secretário da Comunicação Social assumiu o publicitário Airton Carlos Pissetti e como secretário especial do governador o jornalista José Benedito Pires Trindade.

Na Secretaria de Estado da Comunicação Social entraram André Lopes (ex-Hora H News), Alicia Dudge (ex-assessora do PMDB na Assembléia Legislativa), Carolina Lopes (ex-Hora H News), Valdeci Lizarte (ex-Primeira Hora), Marilda Weigert, Fabiana Pires Trindade (ex-Hora H News) e Blima Lorber (ex-Procon/PR). Elisa Carneiro (ex-Folha do Paraná), com breve passagem pela Secretaria de Cultura, deve assumir funções especiais.

Novo governo, mudança completa nas assessorias de imprensa das secretarias de Estado. Para a Secretaria de Estado da Saúde foram Adriana Taques Mussi Endres e Carlos Eduardo de Francisco.

Na Secretaria da Educação entraram Eduardo Yokomizo (que continua repórter e redator da revista Crea/PR), Jackson Gomes Júnior (ex-redator da Agência Artstudio de São Paulo/SP), Fabiana Ferreira (ex-pauteira do Canal Paraná) e Marcelo Sampaio.

Na Secretaria do Planejamento, a nova assessora é Edilma Vera Rangel (ex-repórter e editora da Gazeta do Povo). Na Secretaria da Agricultura entrou Ana Maria Bordin Guernieri (cedida pela Ceasa).

Na Secretaria do Meio Ambiente encontra-se Regina Toledo (cedida pelo Iapar de Londrina) e Marina Koçouski (ex-assessora do Rexona e ex-Primeira Hora). Márcia Rodrigues (ex-Fundepar) está na Secretaria do Turismo.

Cristiane Rangel (ex-Gazeta Mercantil) e Ricardo Caldas (ex-Rádio Clube) fazem assessoria na Secretaria de Transportes. Léa Oaksenberg é a nova gerente de Comunicação Social da Sanepar.

Luciano Patsch (ex-revista Tudo, da Abril, São Paulo) encontra-se na

Secretaria de Segurança e Norma Sueli Correia (ex-Gazeta do Paraná), na Polícia Civil. Walmor Marcellino faz assessoria no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Márcia Oleskovicz (que retornou de São Paulo, onde assessorava várias empresas) está na Secretaria do Desenvolvimento Urbano. Natália Peres (ex-assessora na Assembléia Legislativa) trabalha na Secretaria da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul.

Débora Iankilevich e Cacilda Calixto, que atuaram em assessorias parlamentares, agora fazem assessoria na Cohapar.

Na Secretaria da Cultura está Taís Mireli (que também continua na Gazeta do Paraná). Valéria Palombo transferiu-se para a Secretaria da Administração. E Regina Rocha voltou para a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Élson Faxina, ex-Canal Paraná, é chefe de gabinete e coordenador de comunicação da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Com ele trabalha Rosiane Correia de Freitas.

Adriano Rattmann (ex-assessor de imprensa do Coritiba FC), premiado nos dois últimos anos como melhor assessor de imprensa da crônica esportiva pela Associação dos Cronistas Esportivos - Acep, está na coordenação de comunicação da Paraná Esporte.

Assumiu como secretário de Comunicação da Prefeitura Municipal de Curitiba o jornalista Deonilson Roldo.

Caras novas no setor de Comunicação da Prefeitura: Sílvio Lohmann, Solange Patrício, Rosemeire Tardivo e Sandra Nassar. Saíram Guilherme Pupo, Luiz Lomba e Renato Muller. Manoel Carlos Karam está agora no IPPUC e Raul Urban cobre as Secretarias de Abastecimento e Esporte e Lazer.

O jornalista e repórter fotográfico Levis Litz, responsável pelo site Fotos e Rumos (www.fotoserumos.com) e pelo jornal Classe A, de Joinville (SC), agora é também o editor da revista Praia Secreta, de Curitiba, publicação associada ao jornal Praia Secreta, que trata de assuntos relacionados com aventura, esporte e natureza.

Roberto Nicolato deixou o Caderno Cultura G da Gazeta do Povo e agora se dedica exclusivamente à atividade acadêmica. No ano passado, terminou o mestrado na Universidade Federal do Paraná, em Estudos Literários, com a dissertação intitulada "Literatura e Cidade - O Universo Urbano em Dalton Trevisan". Além do curso de Jornalismo da Tuiuti, agora também leciona no mesmo curso da Faculdade do Brasil.



O Canal Paraná montou uma nova equipe de jornalismo (foto). Dela fazem parte Fernanda Rocha (diretora de Jornalismo), Valdireni Alves (chefe de redação), Ézio Ribeirette (chefe de reportagem), Abonico R. Smith (chefe de produção), Rodrigo Leite (chefe de redação da rádio) e os repórteres e apresentadores Rosi Guilhen, Carlão Kaspchak, Renata Bonacin, Irma Bicalho, Manoel Costacurta, Rossane Lemos, Izabela Barwinski de Camargo, Fábio Soruco, Mariana Gotardo, Fernando Tupan, Fernanda Stica, Marcelo Fachinello, Maicon Amoroso, Gizely Campos, Fernando César, José Roberto Martins, Cida Bacaycôa, Ellen Tabora, Auta Resende, Darya Valeska, Mara Lúcia de Carli e Angela Ribeiro.

Foi lançado no dia 14 de março, no Beto Batata, o jornal Manifesto Arte, que já se encontra em seu segundo número. Um pré-lançamento foi feito no Café Cultura, no dia 13. Dirigido e editado pela jornalista Audrey Farah, publicou em seu primeiro número matérias dos jornalistas José Alexandre Saraiva, José Fiori e Ewaldo Schleder. É um jornal feito em sistema cooperativo e conta com a colaboração de um grupo de artistas e escritores de Curitiba.

Marco Assef não é mais o assessor da Polícia Militar do Paraná. É agora o gerente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, em substituição

a Cosmo Santiago, que deixou a função depois de quase 12 anos.

Carlos Marassi assumiu a Secretaria de Comunicação de Araucária. Substituiu o jornalista Renato Barroso.

Carlos Delgado (ex-Canal Paraná) é o novo editor da sucursal da TV Tarobá em Curitiba.

Elísio Alves de Abreu é o editor da revista Paladina, de Política & Cia. A

primeira edição, com 20 páginas, circulou com 15 mil exemplares. Paladina trata basicamente de política e é distribuída gratuitamente. A próxima edição deve sair com 25 mil exemplares. O endereço na

Internet é www.paladina.com.br.

Cristiano Luiz Freitas, editor do caderno Gazetinha, da Gazeta do Povo, recebeu dia 21 de março no Teatro Alpha, em São Paulo, troféu do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo na categoria Mídia Jovem e Infantil.

Eduardo Goulart assumiu, no início de abril, a assessoria de imprensa do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - Crefito 8.

Paulo Eduardo Cajazeira, produtor da TV Paranaense, Canal 12, começou o mestrado em Comunicação e Linguagens na Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Cajazeira é professor nos cursos de Jornalismo da UTP e da Uniandrade.

Rodney Caetano (editor de Economia na Gazeta do Paraná, de Cascavel), que está concluindo especialização em lingüística, semiótica e leitura de múltiplas linguagens na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, foi aprovado nos exames de admissão ao mestrado do curso de Letras da Universidade Federal do Paraná.

No dia 10 de abril foi lançado no Café Cultura, em Curitiba, a revista Colt 45, Arte de Grosso Calibre, editada em Foz do Iguaçu. É dedicada à poesia e à arte e conta com a colaboração de vários jornalistas.



convênios

Clube de Descontos Sindijor

O Sindicato dos Jornalistas está lançando o Clube de Descontos Sindijor. Os filiados à entidade receberão gratuitamente uma carteirinha que dará descontos em cinemas, bares, restaurantes, danceterias, lojas e diversos outros estabelecimentos. Acesse o endereço www.allsul.com.br/all/menu.shtml para verificar os benefícios.

* Para adquirir a carteirinha, que tem validade de um ano, o jornalista deve estar em dia com o Sindicato e precisa preencher o formulário de adesão. Acesse o www.sindijorpr.org.br para verificar sua situação junto ao Sindijor e para preencher a ficha.

* A carteirinha será entregue na sede do Sindicato em, no máximo, sete dias. Se o associado preferir, será enviada pelos Correios, mas apenas depois de 25 dias.

* O filiado poderá adquirir a carteira também para seus dependentes. Nesse caso, porém, será cobrada taxa por unidade, que varia de R\$ 10 a R\$ 20. Para mais informações, acesse o www.sindijorpr.org.br.

* Os antigos convênios do Sindicato — publicados mensalmente no Extra Pauta — continuam em vigor e permitem acesso com a carteira da Fenaj.

* Portanto, haverá dois tipos de convênios:

1) Clube de Descontos. Não aceitará a carteira da Fenaj e terá uma carteirinha específica. É organizado pela ALL SUL Ad-

ministradora de Convênios e distribuído pelo Sindijor.

2) Tradicionais. Acessíveis com a carteira da Fenaj e organizados pelo Sindicato dos Jornalistas.

CLUBE DE DESCONTOS

Confira abaixo algumas das vantagens da nova carteirinha:

Cinemas - 50% de desconto nos cines Plaza, Batel e Água Verde

Danceterias - 100% de desconto nas entradas do The Hall, Marroks, El Rancho, Mediterrânea, Mistura Brasil, D-Vynil, Java Bar, Cats Club e Crossroads. 50% de desconto nas entradas da Millenium e Ponto Zero.

Academias - 30% na mensalidade da Sportcenter. 20% na mensalidade da Studio Corpo Livre, da Body Planet's e da Academia Body Center. 15% na mensalidade da Academia AM3.

Farmácia - 25% de desconto na Sindifarma.

Descontos também em postos de combustível e churrascarias, restaurantes, bares, lojas de cosméticos, perfumarias, escolas de línguas, gráficas, livrarias, lojas de calçados, oficinas mecânicas, óticas, provedores de internet, clínicas médicas, odontológicas, fisioterapia e psicologia.

Mais informações sobre os descontos: www.allsul.com.br. Para receber sua carteira: www.sindijorpr.org.br

novos convênios

OPERADORA DE TURISMO

A operadora de turismo aventura Praia Secreta concede para os jornalistas 15% de desconto nas descidas de Rafting no Rio Tibagi.

Valor normal: R\$ 42. Com desconto para jornalista: R\$ 35,70

Inclui: Equipamentos, instrutor especializado, logística local e uma refeição s/ bebidas (prato típico tropeiro).

Contato: Daniel Spinelli - Praia Secreta Expedições. Fone/Fax: (41) 362-3010

e-mail: daniel@praiasecreta.com.br www.praiasecreta.com.br

CURSO DESENHO E PINTURA = RELAXAMENTO

A artista plástica Índia O'ha abriu as inscrições para o curso de desenho e pintura. A artista trabalha com matérias alternativas e também agrega a sua técnica um trabalho de relaxamento físico e mental, que propicia a soltura das mãos e leveza dos traços, ajudando assim no desenvolvimento da criatividade. Inscrições pelo telefone 252-1475 ou 9191-2030.

O que: Curso de pintura

Onde: Loja Irmãos Guernieri (Av. Manoel Ribas, 1399) em frente ao McDonald's das Mercês.

Informações: 252-1475 ou 9191-2030 com Índia

Desconto: 10% para jornalistas

tabela de preços

SALÁRIOS DE INGRESSO OUT 2002/OUT 2003

Repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador, repórter fotográfico e repórter cinematográfico	1.299,23
Editor	1.688,99
Pauteiro	1.688,99
Editor chefe	1.948,84
Chefe de setor	1.948,84
Chefe de reportagem	1.948,84

Estes são os menores salários que poderão ser pagos nas redações; Os valores da tabela são para jornada de trabalho de 5 horas.

O piso salarial da categoria é definido em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva e/ou Dissídio Coletivo.

FREE LANCE

Redação

Lauda de 20 linhas (1.440 caracteres)	69,71
Mais de duas fontes:	50% a mais

Edição por página

Tablóide	90,29
Standard	108,19

Diagramação por página

Tablóide	45,15
Standart	61,58
Revista	33,56
Tablita / Ofício / A4	22,94

Revisão

Lauda (1.440 caracteres)	18,17
Tablóide	37,95
Tablita	28,62
Standard	79,35

Ilustração

Cor	107,72
P&B	71,73

Reportagem fotográfica – ARFOC

Reportagem Editorial

Saída cor ou P&B até 3 horas	163,99
Saída cor ou P&B até 5 horas	307,87
Saída cor ou P&B até 8 horas	344,79
Adicional por foto solicitada	30,95
Foto de arquivo para uso editorial	246,31

Reportagem Comercial/Institucional

Saída cor ou P&B até 3 horas	326,64
Saída cor ou P&B até 5 horas	581,14
Saída cor ou P&B até 8 horas	774,96
Adicional por foto	61,58

Reportagem Cinematográfica

Equipamento e estrutura funcional fornecida pelo contratante	
Saída até 3 horas	89,82
Saída até 5 horas	143,58
Saída até 8 horas	235,98
Adicional por hora	35,87

Foto de arquivo para uso em:

Anúncio de jornais	533,51
Anúncio de Revista e TV	574,75
Capa de Disco e Calendário	739,07
Outdoor	1132,26
Cartazes, Folhetos e Camisetas	369,53
Audiovisual até 50 unidades	780,09
Audiovisual acima de 50 unidades	a combinar
Diária em reportagem que inclui viagem	452,44
Reportagem aérea internacional	a combinar
Hora técnica	71,73

Observações importantes:

A produção (filme, laboratório, hospedagem, transporte, seguro de vida, credenciamento, etc.) é por conta do contratante; Na republicação, serão cobrados 100% do valor da tabela; A foto editorial não pode ter Utilização comercial.

Mais convênios:
www.sindijorpr.org.br



Imagem

Registrando as manifestações do povo

Até 1979, Pablito Pereira nunca havia feito uma foto. Trabalhava com quadros artesanais e resolveu fotografá-los. “Fui fazer a revelação no laboratório do jornal O Estado do Paraná, onde encontrei o Orlando Kissner, que me mostrou como se revela um filme. Para minha surpresa, uma de minhas fotos saiu no dia seguinte na primeira página do jornal.”

A publicação da foto rendeu um estágio no jornal. “Três dias depois, José Sarney, articulador do governo militar na época, veio ao Paraná lançar o pluripartidarismo. Estava presente todo o mundo político do Estado. Ney Braga e Paulo Pimentel eram inimigos políticos. Dei o clique bem no momento em que eles se cumprimentavam. Ao ouvir o ruído da máquina, os dois se voltaram para mim. A foto saiu outra vez na primeira página e fui contratado pelo jornal”, lembra-se Pablito, que ainda articulava o suplemento cultural Fim de Semana.

Ele diz que a sua principal fotografia não foi editada, mas foi mostrada em uma exposição da Funarte. Registrava a última missa da ditadura militar em frente à Catedral Metropolitana de Curitiba. Representava os militares assistindo à missa nos degraus da basílica e uma mendiga com o filho sentada aos seus pés. “A censura não deixou a foto sair no Estado do Paraná. Tentei outros grandes jornais brasileiros, mas não consegui publicá-la. Por aí a gente vê a força da imagem e a força da censura durante o regime militar.”

Pablito Pereira já deu aulas de fotografia para crianças em colégios, na Fundação Cultural e no Solar do Barão. Foi ele quem montou o Departamento de Fotografia do jornal Correio de Notícias em 1985, “o último grande momento do fotojornalismo em preto e branco no Paraná”, comenta. Fez fotos para campanhas políticas, publicitárias e humanitárias. É free-lance há doze anos e está na área.

“Nas fotos políticas, é emocionante ver o povo reunido procurando uma luz no caos. Assim como Picasso, eu não procuro nada. Encontro e tento registrar as manifestações de busca e de crescimento da cidadania, da exigência cívica de um povo oprimido por diversos tipos de poderes e coerções. Já o teatro é a face autêntica dessa mesma procura. Gosto imensamente de fotografar o teatro de rua e também o dos palcos iluminados”, observa Pablito.

Numa entrevista que fez com Sebastião Salgado, perguntou a ele como havia se tornado o maior fotógrafo do mundo. “Ele respondeu que o que o diferencia de Cartier-Bresson, por exemplo, é que ele entra no fenômeno, sem distanciamento. Neste momento as imagens surgem mais poderosas. Antes, ele estuda profundamente o tema que vai fotografar. Escrever com a luz, fotografar, exige conhecimento e entrega”, vaticina Pablito Pereira.



Pablito

